



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — N.º 79

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 21 DE JUNHO DE 1967

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

CONVOCAÇÃO DE SESSÕES CONJUNTAS PARA APRECIACÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

O Presidente do Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 62, § 3º, da Constituição Federal e no art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas, realizarem-se nos dias 15 e 21 de junho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos vetos presidenciais abaixo mencionados:

Dia 21:

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.804-A-66 na Câmara e número 25-67 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de NCr\$ 60.924,21, destinado a atender a despesas com a participação do Brasil na IV Feira Internacional de Nova York, realizada em 1960;

— Veto (total) ao Projeto de Lei nº 1.773-B-52 na Câmara e nº 121-65 no Senado, que dispõe sobre a fixação dos limites da área do Polígono das Secas nos Estados da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais;

— Veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.567-B-66 na Câmara e nº 36-67 no Senado, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.

Senado Federal, em 31 de maio de 1967. — Auro Moura Andrade.

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 62, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 22 do corrente, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 4.081-A-67 na Câmara e nº 30-67 no Senado, que corrige desigualdade de situação entre servidores do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

Senado Federal, em 6 de junho de 1967.

AURO MOURA ANDRADE

SESSÃO CONJUNTA

Em 21 de junho de 1967, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais:

1º — Ao Projeto de Lei nº 3.804-A-66, na Câmara e nº 25-67 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de NCr\$ 60.924,21 (sessenta mil novecentos e vinte e quatro cruzeiros novos e vinte e um centavos), para atender ao pagamento de despesas com a participação do Brasil na IV Feira Internacional de Nova York (veto parcial);

2º — Ao Projeto de Lei nº 1.773-B-52, na Câmara e nº 121-65 no Senado, que dispõe sobre a fixação dos limites da área do Polígono das Secas nos Estados da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais (veto total);

3º — Ao Projeto de Lei nº 3.567-B-66, na Câmara e nº 36-67, no Senado, que altera a redação do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, que dispõe sobre a isenção industrial e sanitária dos produtos de origem animal (veto total).

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Materia a que se refere
1	1º	Palavras do art. 1º.
2	2º	Totalidade do projeto.
3	3º	Totalidade do projeto.

SESSÃO CONJUNTA

Em 22 de junho de 1967, às 21 horas

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei número 1, de 1967 (C.N.), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação a dispositivos da Lei número 4.448, de 29 de outubro de 1964 (Lei de Promoções dos Oficiais do Exército).

SESSÃO CONJUNTA

Em 22 de junho de 1967, às 22 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais (parciais):

1º — ao Projeto de Lei número 4.081-A/67 na Câmara e número 30/67 no Senado, que corrige desigualdade de situação entre servidores do Ministério da Fazenda e dá outras providências;

2º — ao Projeto de Lei número 4.066-A-66 na Câmara e número 10-67 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de NCr\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros novos), destinado à Fundação Universidade de Brasília;

3º — ao Projeto de Lei número 4.068-A/66 na Câmara e número 11/67 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Justiça, o crédito especial de NCr\$ 3.291.576,93 (três milhões, duzentos e noventa e um mil quinhentos e setenta e seis cruzeiros novos e noventa e três centavos), destinado a atender a despesas decorrentes do pagamento da gratificação de fundação policial instituída pela Lei número 4.878, de 3 de dezembro de 1965.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Materia a que se refere
1	1º	Art. 1º e seu parágrafo
2	2º	Palavras do art. 1º
3	3º	Palavras do art. 1º.

SENADO FEDERAL

ATA DA 88ª SESSÃO, EM 20 DE JUNHO DE 1967

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 6ª Legislatura

PRESIDENCIA DOS SRS.: MOURA ANDRADE E NOGUEIRA DA GAMA

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Senhores Senadores:

Clovis Maia
Milton Trindade
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Manoel Villaga
Argemiro de Figueiredo
João Cleofas

Leandro Maciel
Júlio Leite
José Leite
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Josaphat Marinho
Carlos Lindemberg
Eurico Rezende
Mario Martins
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Nogueira da Gama
Lino de Mattos
Moura Andrade
João Abrahão
Pedro Ludovico
Fernando Corrêa
Bezerra Neto
Ney Braga
Adolpho Franco

Antônio Carlos
Daniel Krieger
Mern de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Senhores Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Senhor 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.
O Senhor 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE
MENSAGENS DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA

(De 15 do mês em curso)

Restituição de autógrafos de Projetos de Lei sancionados:

Nº 420 de 1967 — (Nº de origem 601 de 1967) — com referência ao Projeto de Lei nº 52-67, no Senado e nº 4-B-67, na Casa de origem, que concede isenção de impostos para equipamento telefônico destinado à Companhia Telefônica "Merolhamen-to e Resistência", com sede em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul. (Projeto que se transformou na Lei nº 5.294, de 15-6-1967);

Nº 421 de 1967 — (Nº de origem 602 de 1967) — com referência ao Projeto de Lei nº 53-67, no Senado e nº 5-B-67, na Casa de origem, que retifica número de certificado cambial constante do artigo 1º da Lei nº 5.087, de 30 de agosto de 1966, que isenta do imposto de importação maquinaria destinada à confecção de palagem metálica. (Projeto que se transformou na Lei nº 5.293, de 15 de junho de 1967).

-RESPOSTAS A PEDIDOS
DE INFORMAÇÕES:

I — Do Ministro do Interior:

Aviso Nº BSP-0064, de 1º do mês em curso — com referência ao Requerimento nº 146 de 1967, do Senhor Senador Vasconcelos Torres;

II — Do Ministro das Relações Exteriores:

Aviso DORG-DA-DP-DO-16-303.3, de 1º do mês em curso — com referência ao Requerimento nº 217 de 1967, do Senhor Senador José Ermitio;

Aviso DA-DP-DM-DO-G-SRC-17-313.4 (00), de 15 do mês em curso — com referência ao Requerimento nº 334 de 1967, do Senhor Senador Vasconcelos Torres;

III — Do Ministro da Saúde:

De 12 do mês em curso —

Aviso GB nº 514 — com referência ao Requerimento nº 437 de 1967, do Senhor Senador Raul Guberti;

Aviso GB nº 521 — com referência ao Requerimento nº 383 de 1967, do Senhor Senador Vasconcelos Torres;

Aviso GB nº 525 — com referência ao Requerimento nº 404 de 1967, do Senhor Senador Leandro Maciel;

De 14 do mês em curso —

Aviso GB nº 532 — com referência ao Requerimento nº 443 de 1967, do Senhor Senador Vasconcelos Torres.

OFÍCIO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Comunicação de pronunciamento da Câmara sobre emendas do Senado a Projeto de Lei daquele Casa do Congresso Nacional:

Nº 1.700, de 15 do mês em curso — com referência à rejeição da emenda de nº 1 e à aprovação da de

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIROCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

nº 2, ao Projeto de Lei nº 55 de 1967, no Senado e nº 33-E-67, na Casa de origem, que dispõe sobre a contratação de pessoal técnico especializado de nível médio e superior pela Comissão Nacional de Energia Nuclear e dá outras providências. (Projeto enviado à sanção na mesma data).

OFÍCIO:

Do Senhor 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado, autógrafo do seguinte projeto:

PROJETO
DE LEI DA CÂMARA
Nº 74, de 1967

(Nº 339-A-67, NA CÂMARA)

Altera, sem ônus, a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita da União para o exercício financeiro de 1967.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica alterada, sem aumento de despesas, a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967, na parte relativa ao Subanexo 4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura, unidade 4.06.44 — Escola de Engenharia de Uberlândia, cujo orçamento passa a vigorar conforme discriminação constante do quadro que acompanha o presente Projeto de Lei.

Art. 2º De acordo com o artigo 36, item I, do Decreto-lei nº 199, de 25 de fevereiro de 1967, o Tribunal de Contas da União adotará, automaticamente, as medidas legais atinentes ao assunto.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

OFÍCIO:

Do Sr. Presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, nos seguintes termos:

Em 29 de maio de 1967

Of. nº 964-P

Senhor Presidente:

Temos o prazer de comunicar a Vossa Excelência que foi promulgada a nova Constituição do Estado de Goiás, cuja publicação se verificou no dia 15 do corrente mês.

Prevalecemos-nos da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e apreço.

Atenciosas saudações. — Sidney Ferreiru, Presidente.

OFÍCIO:

Do Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Regente Feijó, como se segue:

Regente Feijó, 8 de junho de 1967
Exmo. Sr.

Presidente do Senado Federal

Dr. Senador Auro Soares de Moura Andrade

Brasília — Distrito Federal

Senhor Presidente:

Pelo presente levo ao conhecimento de V. Excia. que em data do dia 5

do corrente mês, esta Câmara Municipal, dentro das disposições legais, decidiu pela cassação do mandato do Sr. João Augusto Pires Junior, Prefeito Municipal, incurso em quatro crimes, formulados de acordo com o Decreto-lei Federal nº 201 e ainda em dispositivos da Lei Orgânica dos Municípios.

Informamos ainda que paralelamente a este processo que culminou com a cassação do mandato do referido senhor, tramita pela Justiça desta Comarca, outro processo de crimes de responsabilidades, que se encontra em fase de denúncia pelo Ministério Público.

Outrossim, em consequência da cassação acima mencionada, foi empossado no cargo de Prefeito Municipal, constitucionalmente, o Sr. Severino Batista Pereira, Presidente titular desta Adilidade.

Sem mais de momento, aproveitamos da oportunidade para reiterar os meus protestos de estima e consideração.

Cordialmente. — Aurélio Castriant, Presidente.

TELEGRAMAS:

Senador Auro Moura Andrade

Presidente Congresso Nacional

Senado Federal

Brasília — DF

De Rio de Janeiro — Em 8-6-67

Indústria Equipamento Telecomunicações já estabelecida e produzindo no Brasil muito apreensiva futuras eventuais implicações inerentes aprovação pelo Senado do Projeto-Lei nº 58-67 da Câmara que concede isenção fiscal indiscriminada para importação material telefônico incompreensível urgência com que matéria vem sendo tratada sem audiência empresas diretamente atingidas ou supostamente beneficiadas. Solicitamos respeitosamente concessão prazo quinze dias para que assunto possa ser apreciado por setor privado com muito cuidado e discernimento merecidos. Atenciosas saudações. Associação Brasileira Indústria Elétrica Eletrônica e Sina's, Sindicato Indústria Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares Estado São Paulo, Viaduto Dona Paulina 80 São Paulo.

Presidente Senado Federal

Brasília — DF

De Lavras — MG — Em 12-6-67

As Professoras de Lavras, Itumirim, Ribeirão Nepomuceno, apelam para alto espírito humanitário de V. Exa. sentida de recorrer as autoridades competentes para seja posto em dia pagamento dos funcionários cujo atraso se estende de três até doze meses ocasionando momento angustiosos e resultando crise econômica cultural vida nosso Estado. Certas de merecer de V. Exa. a mesma atenção que lhes dedicamos, apresentamos sinceros agradecimentos. Sauds Ester Carvalho Pereira, Sônia Maria Massimo, Maria Massimo, Guilhermina Ribeiro Martins, Aline Sidney Cabanelles, Jane Rabello, Noeme Andrade Rabello, Beátrix Cândida de Oliveira, Otília Tourino Mendonça, Valdecyr Azevedo — Diretoras.

PARECERES

Parecer nº 423, de 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1967 (nº 298-A, de 1966, na Casa de origem).

Relator: Sr. Bezerra Neto.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1967 (nº 398-A, de 1966, na Casa de origem), que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas para o fim de tornar definitivo o ato praticado em 14 de junho de 1966, relativamente à despesa de NCR\$ 11.864,66 (onze mil, oitocentos e sessenta e quatro cruzeiros novos e sessenta e seis centavos), para pagamento à Conservadora Brasileira Ltda.

Sala das Sessões, 20 de junho de 1967. — Antônio Carlos, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — José Leite.

ANEXO AO PARECER Nº 423, DE 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1967 (nº 298-A, de 1966, na Casa de origem)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 7º, da Constituição Federal, eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº ... DE 1967

Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas para o fim de tornar definitivo o ato praticado em 14 de junho de 1966, relativamente à despesa de NCR\$ 11.864,66 (onze mil, oitocentos e sessenta e quatro cruzeiros novos e sessenta e seis centavos), para pagamento à Conservadora Brasileira Ltda.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É denegado provimento ao recurso do Tribunal de Contas interposto no Processo nº MF-25.982-66 para o fim de tornar definitivo o ato praticado em 14 de junho de 1966, de acordo com autorização concedida pelo Presidente da República, exarada na Exposição de Motivos nº 979, de 29 de novembro de 1965, do Ministro da Educação e Cultura, relativamente à despesa de NCR\$ 11.864,66 (onze mil oitocentos e sessenta e quatro cruzeiros novos e sessenta e seis centavos) para pagamento à Conservadora Brasileira Ltda., proveniente do serviço de limpeza executados no Colégio Pedro II — Internato, no período de 2 de março a 7 de junho de 1965.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 424, de 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1967 (nº 13-6 na Casa de origem)

Relator: Sr. Bezerra Neto.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1967 (nº 13-6, na Casa de origem), que aprova o texto do Decreto-lei nº 324, de 27 de abril de 1967, que prorroga o prazo de anulação do disposto no art. 1º do Decreto-lei nº 100, de 10 de janeiro de 1967.

Sala das Sessões, 20 de junho de 1967. — Antônio Carlos, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — José Leite.

ANEXO AO PARECER Nº 424, DE 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1967 (nº 13-6 na Casa de origem)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, parágrafo único da Constituição F

leral, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº ..., DE 1967

Aprova o texto do Decreto-lei nº 324, de 27 de abril de 1967, que prorroga o prazo de aplicação do disposto no art. 1º do Decreto-lei nº 100, de 10 de janeiro de 1967

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 324, de 27 de abril de 1967, que prorroga o prazo de aplicação do disposto no art. 1º do Decreto-lei nº 100, de 10 de janeiro de 1967.

Sala das Sessões, 16 de junho de 1967.

Parecer nº 425, de 1967

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1967.

Relator, Senador Bezerra Neto

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1967, que declara de utilidade pública o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1967. — Antônio Carlos, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — José Leite.

ANEXO AO PARECER Nº 425, DE 1967

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1967, que declara de utilidade pública o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É declarado de utilidade pública o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 426, de 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 52, de 1967.

Relator: Senador Bezerra Neto

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 52, de 1967, que suspende a execução da Lei nº 817, de 4 de agosto de 1965, do Estado da Guanabara.

Sala das Sessões em 20 de junho de 1967. — Antônio Carlos, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — José Leite.

ANEXO AO PARECER Nº 426, DE 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 52, de 1967.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 45, número IV, da Constituição Federal, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº ..., DE 1967

Suspende a execução da Lei nº 817, de 4 de agosto de 1965, do Estado da Guanabara.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em 6 de outubro de 1966, nos autos da Representação nº 686, a execução da Lei nº 817, de 4 de agosto de 1965, do Estado da Guanabara.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 427, de 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1967, (nº 12-67, na Casa de origem).

Relator: Senador Bezerra Neto

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1967 (nº 12-67, na Casa de origem), que aprova o texto do Decreto-lei nº 323, de 19 de abril de 1967, que altera a legislação sobre o imposto de renda.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1967. — Antônio Carlos, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — José Leite.

ANEXO AO PARECER Nº 427, DE 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1967 (nº 12-67, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº ..., DE 1967

Aprova o texto do Decreto-lei nº 323, de 19 de abril de 1967, que altera a legislação sobre o imposto de renda.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 323, de 19 de abril de 1967, que altera a legislação sobre o imposto de renda.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O expediente lido vai à publicação.

O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura de requerimentos de informações que se encontram sobre a mesa.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO

Nº 601, de 1967

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério da Aeronáutica, informações sobre as obras do aeroporto de Aracaju.

Senhor Presidente

Requeiro, nos termos e prazos regimentais, sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Ministério da Aeronáutica, as seguintes informações:

1. Quais as obras que estão sendo realizadas na pista de pouso de Aracaju e em que data tiveram início;
2. Em quanto estão orçadas as referidas obras e qual o prazo contratual para a sua conclusão;
3. Se existe alternativa de pouso para aeronaves comerciais no Estado de Sergipe em caso de interdição da pista de Aracaju;
4. Se existe, no Estado de Sergipe, alguma outra localidade que deverá ser beneficiada com a construção de pista de pouso para aeronaves comerciais, incluída no Plano Rodoviário Nacional e, em caso afirmativo, qual a prioridade existente para a mesma;
5. Se o Ministério da Aeronáutica, antes da assinatura do contrato para a realização das obras na pista de Aracaju, examinou as alternativas de liberar, para pouso de aviões comerciais DC-3, o antigo aeroporto existente na Capital.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1967. — Sen. Júlio Leite, Arena-SE.

Justificação

O Estado de Sergipe encontra-se submetido a um virtual isolamento em matéria de transportes, desde o início das obras de recapagem da pista de Aracaju, a única liberada para pousos comerciais no Estado. Inter-

ditado inicialmente para pousos noturnos, encontra-se aquela pista vedada à operação de aviões comerciais, há mais de 15 dias. Não recebendo em seu pórtio a não ser esporadicamente navios de pequeno calado, o acesso a Aracaju pode apenas ser feito por via férrea, a partir de Salvador com a precariedade notória desse serviço — ou por via rodoviária meio igualmente precário, em virtude da falta de capeamento asfáltico em cerca de 42 km. entre Rio Real e Esplanada, na BR-101, o que torna essa estrada sujeita a tráfego precário, quando das chuvas que assolam a região.

No entanto, há em Aracaju o antigo aeroporto antes operado por aviões de porte médio, como o DC-3 e o DC-4 que, na hipótese de demora nos serviços atualmente em curso, poderia ter sido adaptado, pelos meios, para o emprego da primeira daquelas aeronaves, tendo em vista a dificuldades dos demais meios terrestres de acesso, altamente onerosos para quem demanda o Estado partindo do sul.

Estas as razões que nos levam a solicitar do Ministério da Aeronáutica as informações requeridas nesta proposição.

REQUERIMENTO

Nº 602, de 1967

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério das Comunicações, informações sobre a ligação telefônica do DCT com o Estado de Sergipe.

Senhor Presidente

Requeiro, nos termos e prazos regimentais, sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Ministério das Comunicações, as seguintes informações:

1. Se existe ligação telefônica em tráfego permanente, entre Aracaju e o sistema do DCT e, em caso afirmativo, quais as Capitais ligadas diretamente a Aracaju por esse sistema;
2. Se no plano para a implantação da Rede Nacional de Telex do DCT está prevista a ligação entre Brasília e Aracaju e, em caso afirmativo, para quando está prevista a sua efetivação;
3. Como está sendo operado o serviço de transporte de correspondência aérea para o Estado de Sergipe, tendo em vista a interdição para reparos da pista de pouso de Aracaju;
4. Quais as cidades do Estado de Sergipe servidas atualmente por tráfego telefônico;
5. Se existe em construção, no Estado de Sergipe, obra para ligação telefônica em algum município e, em caso afirmativo, quais essas obras;
6. Quais os recursos com que conta o DCT, no corrente exercício, para ampliação ou melhoria do serviço telefônico no Estado de Sergipe, e quais as obras programadas com essa finalidade.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1967. — Senador Júlio Leite — ARENA, SE.

Justificação

O Estado de Sergipe não se beneficiou ainda da interligação com o sistema nacional de telex do DCT sendo notoriamente deficientes as comunicações telefônicas com a Capital daquela Unidade da Federação especialmente a partir de Brasília. A instalação do serviço de telex, por isso mesmo, traria inegável incremento nas comunicações com Sergipe facilitando os usuários, que atualmente estão submetidos a conhecidas limitações responsáveis pela precariedade do serviço. Estas razões fundamentam o presente pedido, a fim de que possamos verificar os esforços do Governo no sentido de dar a desejada eficiência a esse setor básico da vida nacional.

REQUERIMENTO Nº 603, de 1967

Senhor Presidente

O Senador que este subscreve, requer à V. Exa. na forma regimental se digne solicitar ao Instituto Brasileiro do Café, por intermédio do Exmo. Sr. Ministro da Indústria e Comércio, as informações seguintes:

I — quais os motivos que levaram a Diretoria do IBC, devidamente autorizada pelo Conselho Monetário Nacional, a baixar a Resolução nº 406, de 20 de abril do corrente ano, permissiva da exportação de cafés do tipo 6 para melhor;

II — se essa medida atendia aos interesses dos produtores; porque não foi ela mantida no Regulamento de Embarques e no Esquema Financeiro da Safra 67-68?

III — Qual o volume dos cafés do tipo 6 para melhor, que foram faturados ao IBC, durante a curta vigência da Resolução nº 406, e, se possível, a relação das firmas vendedoras.

Sala das Sessões, 20 de junho de 1967. — Senador Adolpho Franco.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Os requerimentos lidos serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura de Projeto de Resolução.

É lido o seguinte

PROJETO **DE RESOLUÇÃO** Nº 55, de 1967

Exonera a pedido, Mauro Motta Burlamaqui, Auxiliar Legislativo, PL-9 do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É exonerado a pedido, de acordo com o art. 85, letra c, item 2, do Regimento Interno, do cargo de Auxiliar-Legislativo, PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Mauro Motta Burlamaqui a partir de 30 de maio.

Justificação

Tendo sido aprovado em concurso público da Câmara dos Deputados, para o cargo de Taquígrafo de Debates, PL-4, o aludido funcionário pede sua exoneração, a partir de 30 de maio do corrente ano.

Face ao exposto, submetemos a matéria à consideração do Plenário.

Sala das Sessões em 20 de junho de 1967. — Auro Moura Andrade — Camillo Nogueira da Gama — Gilberto Marinho — Dinarte Mariz — Edmundo Levi — Catiote Pinheiro — Sebastião Archer.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O projeto lido será publicado e incluído em Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura de Comunicação do nobre Senador Aarão Steinbruch.

É lida a seguinte

Em 20 de junho de 1967

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, terminada a licença em cujo gozo me achava, reassumo hoje o exercício do meu mandato.

Atenciosas saudações. — Aarão Steinbruch.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em consequência, volta ao exercício do mandato o Sr. Senador Aarão Steinbruch, esgotada a licença em cujo gozo se achava.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Esta presente o Sr. Renato Ramos da Silva, suplente convocado para substituir o Sr. Senador Atilio Fontana, durante a licença concedida a S. Exa.

Nos termos do Art. 6º, § 2º, do Regulamento Interno, passará a participar dos trabalhos desta Casa, a partir deste instante, dispensado do compromisso regimental, visto já o haver prestado ao ensejo da primeira convocação.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a mesma comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

E' lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO

Em 20 de junho de 1967

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, à vista do disposto nos arts. 9º e 72, parágrafo único do Regulamento Interno, que, voltando ao exercício da representação do Estado de Santa Catarina em substituição ao Sr. Senador Atilio Fontana conservarei o nome parlamentar adotado ao ensejo da minha primeira investidura, abaixo consignado e integrarei a bancada da Aliança Renovadora Nacional.

Atenciosas saudações. — Renato Ramos da Silva.

Nome parlamentar Renato Silva.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Lino de Mattos.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, abordei, rapidamente, dois problemas: O primeiro e da alçada do Sr. Presidente da República, Marechal Costa e Silva; o segundo, compete ao Governador do meu Estado, Sr. Abreu Sodré.

Quanto ao primeiro, os nobres Senadores estão recordados de que, há dias, na semana passada, fiz um apelo ao Sr. Presidente da República, no sentido de acudir à situação crítica, situação de dificuldades em que se encontram os agricultores e pecuaristas de duas das mais importantes regiões de São Paulo — a Alta Paulista e a Alta-Sorocabana. Ambas foram atingidas por longa estiagem, cerca de quatro meses sem chuva, sacrificando completamente as safras do corrente ano.

São lavradores que obtiveram empréstimos em bancos oficiais, em bancos particulares e, ao término do prazo, não estão em condições de atender aos compromissos.

Apelei então para o Sr. Presidente da República, no sentido de que S. Exa., através de ato administrativo, de gestão junto aos bancos oficiais, dê aqueles lavradores e pecuaristas maior prazo para o resgate das suas dívidas. Lembrei, naquela ocasião que estava tramitando na Casa um projeto de lei concedendo anistia, por parte dos bancos oficiais, aos devedores situados na Região do Nordeste. Poderia, naquela oportunidade, ter apresentado emenda estendendo a medida aos agricultores e pecuaristas do meu Estado. Todavia, não tomei essa providência, conforme sustentei na ocasião, primeiro porque iria atrasar a tramitação daquele projeto, que estava sendo votado em caráter de urgência, e, em segundo lugar, porque a mim me parecia, e continuo entendendo assim, que providências desta natureza podem ser tomadas

administrativamente, sem necessidade de lei específica concedendo moratória. Basta que os Srs. dirigentes dos bancos oficiais — e mesmo dos bancos particulares — recebam uma solicitação, por parte da autoridade maior da Nação, e não há dúvida nenhuma de que esses bancos compreenderão a necessidade de encontrar fórmulas através das quais os devedores possam resgatar as suas dívidas, escalonando os prazos, sem prejuízo de novos empréstimos, para prosseguimento da tarefa do lavrador.

Que me assistia razão, quando afirmo não haver necessidade de lei específica, prova o fato de o Senhor Presidente da República haver vetado a referida proposição que, encaminhada pela Câmara dos Deputados, foi votada em caráter de urgência-urgentíssima. No entanto, o Sr. Presidente da República, sob alegação de que os bancos podem, através de gestão própria, conceder a moratória e escalonar prazos para pagamento, vetou a proposição.

O pedido que reitero é da natureza daquele constante da Lei vetada pelo Sr. Presidente da República, isto é, moratória com escalonamento de prazos, a fim de que os lavradores possam resgatar suas dívidas.

Certamente — e não preciso insistir, apelando para o espírito de compreensão do Marechal Costa e Silva, através de sua liderança nesta Casa, se há, neste País, classe que realmente precise ser amparada, é a do produtor agrícola e do pecuarista, que vive normalmente angustiada. Atualmente, a angústia é ainda maior, acentuada, de um lado, pelas dificuldades criadas pelo imposto de circulação de mercadorias, o célebre ICM e, de outro, por intempéries — falta ou excessos de chuva e ainda falta de financiamento.

Assim, fica reiterado o apelo, na esperança de que aquelas providências que o Sr. Presidente da República aconselhou, através do veto, no sentido de que os bancos atendam, por gestões próprias às solicitações feitas pelos devedores da área do Nordeste, se estendam também a São Paulo e outros Estados que, porventura, se encontrem nas mesmas dificuldades.

Sr. Presidente, o outro problema que desejo focalizar se refere, especificamente, ao meu Estado. Naturalmente, haverá uma certa estranheza em que um problema regional, afeto ao Governador do Estado, seja abordado da tribuna do Senado Federal. É que venho recebendo correspondência reiterada de alguns prefeitos de cidades que foram atingidas por trombas d'água, como Caraguatatuba, Ubatuba e outras da região do Vale do Paraíba. O Governador Abreu Sodré, solicitado, por ocasião da verdadeira tragédia que desabou sobre aquelas cidades, lá esteve pessoalmente e assumiu o compromisso de auxiliar a essas Prefeituras. No entanto, os Prefeitos e outras autoridades continuam reclamando porque, até este instante o Governador não cumpriu as promessas formuladas. É problema que compete, certamente, mais à Assembleia Legislativa de São Paulo. Sei que vários Deputados do meu Partido, o Movimento Democrático Brasileiro, têm abordado o problema, mas não me posso furtar também ao dever inclinado de dar atenção a esses reclamantes que, através de correspondência, batem ao meu gabinete solicitando um pronunciamento. É mister que o Governador do Estado, Senhor Abreu Sodré, tome providências, a fim de que aquelas Prefeituras sejam auxiliadas, porque, realmente, em virtude da tragédia que desabou sobre aquelas cidades, conforme o noticiário de Imprensa da época registrou, merecem ser acudidas pela autoridade maior do meu Estado, o Senhor Governador.

Era, Sr. Presidente, o que desejava dizer, rapidamente. (Muito bem! Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador Mário Martins.

O SR. MÁRIO MARTINS:

(Sem revisão do orador) Sr. Presidente, por ocasião da viagem do Presidente da República a Montevideu para participar da Conferência de Punta Del Este, S. Exa. quando interpelado, numa entrevista coletiva à imprensa, a propósito de exilados políticos, afirmou que o seu governo não era contrário ao regresso de qualquer brasileiro ao território nacional, acrescentando apenas que, todavia, aqueles que tinham contas a ajustar com a Justiça teriam, inicialmente, que a ela se submeter.

É evidente, Sr. Presidente, que, com a Constituição atual, ninguém tem o poder de impedir a volta de um brasileiro ao seu país. Isso, aliás, é norma em todas as Constituições mundiais. E entre nós, muito embora o governo passado tenha tentado introduzir na Constituição atual o que seria a pena do banimento, uma vez que no capítulo dos direitos e garantias individuais do projeto retirara a ressalva de que no Brasil esta não prevaleceria, apesar disso, muito pelo trabalho dos Srs. Congressistas, foi consagrado o princípio tradicional de que qualquer cidadão brasileiro tem o direito de voltar ao seu País quando quiser. Aliás, é da própria Declaração dos Direitos da Pessoa Humana, contanto um compromisso de ordem internacional, e compromisso esse feito na ONU, o qual estabelece que nenhum país tem o direito de impedir a entrada do natural desse país no seu território.

De modo que, então, à primeira vista, o Presidente da República não estava realmente fazendo nenhuma vantagem — apenas estava proclamando sua disposição de obedecer à Constituição e ao compromisso internacional do Brasil na Organização das Nações Unidas.

Mas houve um acréscimo, a reticência, a ressalva, e S. Exa. declarava: "Mas aqueles que tenham, porventura, contas a prestar à Justiça a ela terão que submeter-se, de acordo com a lei vigente."

Então, Sr. Presidente, baseado na palavra do Presidente da República, pensaram em voltar muitos dos exilados que estão realmente passando dificuldades, o que é compreensível, e sempre isto tocou à sensibilidade brasileira, nesta e em outras épocas passadas, porque o exílio, o degrêdo, coloca o cidadão — salvo se dispuser de fortuna pessoal mas, mesmo assim, em situação lamentável, tanto para se manter socialmente como até para sobreviver. Como se falou que o Brasil havia readquirido a sua existência democrática, vários desses exilados — que são inúmeros, como a Casa sabe e toda a Nação — pensaram em regressar e ver o que na Justiça havia com eles, para, enfim, fazer o ajuste de contas. Vimos, entre outros, o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira voltar. Houve, naturalmente um arreganho daqueles eternos cidadãos que se prevalecem de uma posição eventual para apresentar-se, perante o mundo, como se fossem deuses, houve esses arrebatamentos contidos desde logo. E o Sr. Juscelino Kubitschek continua no Brasil. Não sei se S. Exa. está ou não atendendo a reclamos da Justiça; pareço que, neste momento, não está sendo compelido a comparecer debaixo de vara a nenhuns dos Tribunais do País.

Mas, fiado nisto nesta palavra chegou à semana passada ao Rio um dos nossos exilados em Montevideu, o ex-Deputado pelo Estado do Rio de Janeiro, Demistocles Batista, líder ferroviário, Presidente do então Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina.

Trata-se de homem jovem, por sinal um dos poucos homens negros que faziam parte do Congresso brasileiro, mas, inegavelmente, um líder autêntico, preocupado com a sua classe. Ainda menino, entrou para a classe ferroviária. Trabalhando ali, estudou e acabou se formando em Direito.

Ora, um menino que entra numa classe como a dos ferroviários, possivelmente como ajudante de última classe, e consegue ascender, consegue se firmar, estudar e, enfim, ser bacharel em direito com menos de trinta anos — considerando ainda a sua cor preta — deve julgar-se, mais do que qualquer outro, no dever de dedicar-se à sua classe. Nós que temos determinado preparo e aqueles que têm estudos de nível universitário, somos inegavelmente privilegiados no Brasil porque tivemos oportunidades que não estão ao alcance de toda a massa de brasileiros. Assim, se um homem de origem humilde, trabalhando durante o dia, estudando à noite, consegue formar-se, então ele se julga realmente um devedor para com sua classe, na qual cresceu, se desenvolveu e onde, foi, possivelmente, orientado por homens talvez quase analfabetos, mas com bom-senso e sentido moral da vida. Então, esse homem, cuja formação foi feita nesse meio humilde, atendendo aos ditames de sua consciência, ao invés de ser advogado de empresas, advogado de partido, resolve ser um dos advogados da sua classe. Naturalmente, sendo mais favorecido que os demais sob o ponto de vista de oratória e possivelmente de cultura, dentro do sindicato, esse jovem passa a se dedicar quase exclusivamente à defesa dos interesses de sua classe. Em consequência acabou com todos os líderes sindicais daquela ocasião, sendo envolvido no movimento político e eleito com uma das maiores votações no Estado do Rio, para deputado. E chamo a atenção, é um rapaz pobre, formado em direito, mas que continua como ferroviário; e recebeu tal votação do povo fluminense sem sequer ser nascido no Estado do Rio, pois nasceu no Estado do Espírito Santo. Esse jovem concorre a uma eleição, tem uma vitória muito brilhante!

Esse resultado foi dos mais expressivos, inclusive porque foi ele um dos candidatos mais votados, tendo sido seu coeficiente acima de 50.000 votos, e todos sabemos o que representam 50.000 votos numa eleição em que o eleitorado é de aproximadamente um milhão de votantes.

Tendo sempre se dedicado aos assuntos atinentes aos ferroviários, é claro que aquele Deputado só poderia continuar a se interessar pelas reivindicações trabalhistas — não poderia ser ele um homem dedicado às reivindicações dos patrões.

Assim sendo, fiel à sua posição, participou das lutas sindicais e, em consequência, quando o Governo foi derrubado por um pronunciamento militar — que todos conhecemos e do qual acredito o povo não tenha motivo de orgulho — ele foi obrigado a se refugiar numa embaixada e, em seguida, foi para Montevideu.

Passado algum tempo, face as declarações do novo Presidente da República — de que não havia o sentimento de perseguição de parte do seu Governo, e que ele não iria interferir na Justiça, e todo aquele que tivesse contas com a Justiça teria que prestar contas a essa Justiça — o Deputado resolveu regressar ao Brasil e, em aqui chegando, apresentou-se à Justiça Militar. Três dias depois de ter-se apresentado à Justiça Militar onde corria um inquérito em que ele é um dos indicados, é ele preso na calada da noite.

O Sr. Aarão Steinbruch — V. Ex. permite um aparte?

O SR. MÁRIO MARTINS — Com todo prazer.

O Sr. Aarão Steinbruch — V. Ex.^a tem toda razão quando aborda o assunto da prisão, na calada da noite, do ex-Deputado Themistoclides Batista, da representação fluminense na Câmara dos Deputados. Realmente, V. Ex.^a traçou muito bem o perfil desse trabalhador incansável das lutas dos ferroviários do Estado do Rio de Janeiro. Homem pobre, chefe de família, foi para o exílio — não o exílio dourado, porque ele poderia, em virtude de ter sido Presidente durante muitos anos do Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina, manipular muitas verbas vultosas, como as de que dispunha esse sindicato em razão da contribuição sindical, da contribuição associativa, uma vez que quase todos os ferroviários são sindicalizados e pagam essa contribuição, ele podia perfeitamente ter-se locupletado dos dinheiros dos cofres sindicais, ir para o Uruguai e lá gozar o exílio dourado. Mas preferiu regressar à Pátria, em face das declarações do Presidente da República, de que não haveria perseguição aos brasileiros que, exilados no exterior, voltassem ao Brasil. Assim, fiado nesta promessa regressou ao Brasil, e o seu primeiro ato foi apressar-se a autoridade onde corria o inquérito a que respondia. Nessa ocasião, declarou que não precisava de advogado, mesmo porque não podia pagar essa despesa, ele próprio seria o defensor de sua causa. Pois bem, inopinadamente, na calada da noite, como muito bem afirmou V. Ex.^a, é preso, sem a decretação da prisão preventiva, ato esse que contraria a própria Lei de Segurança Inq., em vigor.

O SR. MARIO MARTINS — V. Ex.^a tem razão, focalizando esta particularidade para a qual chamo a atenção da Casa.

Vem o exilado político, apresenta-se ao Departamento da Justiça Militar onde corre processo em que ele está incluído como indiciado. A autoridade responsável, ou quem preside o processo, não toma nenhuma medida no sentido de privá-lo da liberdade, de decretar sua prisão, de liquidar a sua liberdade ou prender torná-lo recluso. Ele está com a família, durante três dias. Repentinamente, em determinada noite, quando estava em companhia dos filhos menores, chegam agentes do DOPS do Rio de Janeiro e leva ao nosso ex-colégio, porque ex-parlamentar, preso, para o quartel da Rua Barão de Mesquita, no Estado da Guanabara. Não havia nenhum pedido de prisão preventiva. Nessa altura, segundo os jornais informam, estaria ele com sua prisão requisitada pelas autoridades militares de Juiz de Fora. Ora, não tinha ele nenhum assunto com Juiz de Fora. Era um político no Estado do Rio, não tinha ligações com Minas Gerais em matéria da sua ação. Então, vem as autoridades de Juiz de Fora — como podia ser do Amazonas, como podia ser de Mato Grosso, se em Mato Grosso e se no Amazonas houvesse autoridades militares com a mentalidade dessas que estão dirigindo os núcleos sediados em Juiz de Fora — e mandam buscar, preso, quem não tinha nada diretamente com Juiz de Fora, com Minas Gerais. Significa que, realmente, ainda continuamos em plena insegurança, e o sistema de perseguição que caracterizou o Governo do Sr. Castello Branco permanece vivo e sádico, tem a mesma volúpia em certos setores, como o das autoridades de Juiz de Fora, que ficam, como se estivessem com holofotes, lá das Alterosas, a correr a costa brasileira, para ver quem regressou do exílio. E, uma vez que as autoridades que poderiam ter o direito de solicitar a prisão preventiva desses que estão chegando não o fazem, então de Minas Gerais vem o braço giganteco, para agarrar aqueles por cuja prisão preventiva do Rio, de São Paulo, enfim, da zona costeira, não se interessam, e a requerem a título daquilo que não de-

claram, de pública, nem aos advogados, nem aos jornais.

Outro dia tive oportunidade — e lamento já estarmos numa fase de quase realismo — de criticar o Presidente da República pela sua omissão, pela sua inércia, pela constante diminuição da sua autoridade, quando ele deixa determinados militares, pela circunstâncias de se encontrarem eventualmente na direção de IPMs, passarem a assumir uma autoridade que é própria, Presidente da República, não tem. O País não conhece um gesto do Presidente da República advertindo o Sr. Ministro do Exército, os demais Ministros militares, mas, principalmente, o Ministro do Exército, para que ponha urgente parafuso a esse sistema que só nos envergonha, que nos deixa mal, que revela uma crueldade que não se ajusta ao temperamento dos brasileiros, num momento em que se fala na necessidade de pacificação da família brasileira. É constante, é quase diário gesto dessa ordem, procurando criaturas que estão desprotegidas, desvalidas, num momento político, para essa manifestação de uma crueldade requintada.

Se fosse, no processo a que o ex-deputado responde, na Guanabara, solicitada a prisão, eu não estaria aqui, falando com ênfase, porque possivelmente, dentro dos autos, as autoridades teriam talvez encontrado elementos para apoiar uma medida dessa natureza. Mas toda a sua atuação era no Estado do Rio de Janeiro e, esporadicamente, na Guanabara. Nada tinha em Minas Gerais. Por que as autoridades de Juiz de Fora querem ser, ao mesmo tempo, Ministro do Exército, da Aeronáutica e da Marinha, com sede em Juiz de Fora?

O Sr. João Abrahão — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MARIO MARTINS — Com muito prazer.

O Sr. João Abrahão — Ilustre Senador Mário Martins, desde que assumiu, merecidamente, a sua cadeira nesta Casa, V. Ex.^a tem dado demonstração de ser um idealista, um batalhador pelas causas populares.

O SR. MARIO MARTINS — Muito obrigado.

O Sr. João Abrahão — Nós, principalmente nos de Goiás, sabemos que a 4ª Auditoria, sediada em Juiz de Fora no Governo que fracassou, que foi o passado, instituído a 1º de abril de 1966, foi o maior terror que se instalou, principalmente em Goiás.

O SR. MARIO MARTINS — Tem V. Ex.^a bastante razão.

O Sr. João Abrahão — Elementos que não tinham nenhum crime, nenhuma culpa, eram apanhados dentro de seus lares, pela violência e pela força, e conduzidos até aquela Auditoria onde se humilhavam perante as autoridades que compõem aquela Auditoria, sediada em Juiz de Fora. Quero apresentar minha inteira solidariedade às suas palavras e, ao mesmo tempo, dizer que já chegou o momento de pôr um ponto final em todas essas arbitrariedades que têm humilhado a família brasileira, principalmente o povo goiano que sofreu terrivelmente com a ditadura que representa essa Auditoria instalada em Juiz de Fora. Concorde com V. Ex.^a: acho que o Sr. Presidente da República, atualmente, tem recebido, principalmente da Oposição, um voto de confiança. Temos silenciado em todos os atos e apoiado S. Ex.^a em todos os acontecimentos, na esperança de que o Sr. Presidente da República coloque um ponto final nessas irregularidades e arbitrariedades praticadas na Pátria brasileira. Sr. Senador, solicitei este aparte para apresentar minha inteira solidariedade às suas palavras. Chega de humilhação, chega de provocação, chega de ditadura; é hora de restituir o País à de-

mocracia, à liberdade, ao progresso e ao desenvolvimento.

O SR. MARIO MARTINS — Muito agradecido a V. Ex.^a. Seu aparte vem confirmar minhas palavras dando-lhe o aval que faltava à crítica que estava fazendo.

Apenas, como rotina, quero fazer a retificação de que não estamos dando voto de confiança ao Governo.

O Sr. João Abrahão — Permita-me novo aparte. Quero dizer que se trata de ponto de vista pessoal meu. Demos, em entrevista, um voto de confiança ao atual Presidente da República.

O SR. MARIO MARTINS — Perfeito.

O Sr. João Abrahão — Estamos na expectativa — e acredito que é o desejo do Sr. Presidente da República — de um retorno do País à normalidade.

O SR. MARIO MARTINS — Muito obrigado.

Não tenho autoridade para falar em nome da Oposição e, por isto, darei meu ponto de vista pessoal.

Não desejamos, realmente, criar determinadas e justas dificuldades a um Governo, na esperança de que ele compreenda que, se não estamos fazendo certas críticas, nem nos atrevendo, às vezes, no seu caminho é porque temos a esperança de que ele venha ao encontro do País, venha ao encontro da Nação, fazendo aquilo que ele espera dele, neste momento e que consiste em desfazer tudo o que arbitrária e criminosamente, foi praticado pelo Governo passado. Que recoloca o Brasil na posição que todos desejamos, de entendimento, de convívio. Que a Oposição, de um lado critique o Governo e este, de outro, se defenda e até nos critique também, mas que haja um idioma comum. Mas se S. Ex.^a volta às costas para esses abusos, dificilmente tal será possível, porque, este não é o idioma, a linguagem que compreendemos.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MARIO MARTINS — Com prazer.

O Sr. Pedro Ludovico — Sr. Senador, estou ouvindo, com muita atenção, as palavras de V. Ex.^a sobre estes abusos, sobre estas humilhações, sobre estas arbitrariedades praticadas contra brasileiros que mereciam mais amparo humano da parte do Governo. Quero, entretanto, dar meu ponto de vista a respeito do atual Governo da República. Nunca acreditei em que, no Governo do Marechal Costa e Silva, a situação política do Brasil melhorasse, não em virtude da sua pessoa, nem pelos seus atos passados, mas porque ele representa uma casta militar, um grupo militar ditatorial, desumano, apaixonado e que não quer ver o País democratizar-se. De maneira que temos que receber, sem surpresa, a notícia dessas violências, desses abusos praticados em vários Estados do Brasil. O grupo de Auditoria de Juiz de Fora já é muito conhecido por quem praticado atos de arripiação os cabelos. Grande parte do povo não conhece a forma por que eles têm procedido, condenando, muita gente por simples suspeita, a dezessete e dezoito anos de prisão. Felizmente, o Supremo Tribunal Militar tem modificado tais sentenças condenatórias, verdadeiros atos absurdos. Certa feita, estive em casa de um General do Exército, no Rio de Janeiro — não quero citar o seu nome para não colocá-lo mal — quando um advogado do Rio, grande autoridade policial, disse a quem eu fui, quais as pessoas que trabalhavam para ele, em Juiz de Fora, pela Justiça Militar. Citou casos horríveis que eu ignorava. O General, então, se recordou de que conhecera,

há muitos anos, em Diamantina e em outras cidades de Minas Gerais, as referidas pessoas. Então, disse: "não é possível que tal gente esteja servindo como autoridade militar, porque o seu passado é tenebroso". Assim, meu intuito foi o de trazer, como contribuição ao discurso de V. Ex.^a este fato ao conhecimento público para que todos saibam a quem está entregue a Justiça neste País.

O SR. MARIO MARTINS — Agradeço a informação de V. Ex.^a altamente valiosa ao mesmo tempo, e respeitável pela sua autoridade e que traz novos dados à exposição.

Que elemento civil seja desconhecido, mesmo elemento político, é possível, mas não no meio militar, onde a vida, desde o tempo de Escola, vai sendo registrada.

Os seus chefes, inclusive o Presidente da República e os Ministros Militares, não ignoram o tempo ameno, os defeitos e as virtudes de oficial por oficial, através do assentamento das suas folhas profissionais. De modo que, com esta revelação verificasse-se que, realmente, a responsabilidade é de quem coloca essas autoridades, sem o devido equilíbrio, naquela função. A responsabilidade não é do desatinado que abusa da força, no exercício daquela função eventual, mas sim dos chefes que, o conhecendo, desde o tempo de vida escolar, consequentemente sabendo o quanto é capaz de barbaridade ainda o indicam. E, depois da confirmação de denúncias, como as constantes do livro do Deputado Márcio Moreira Alves e do ex-Governador de Goiás, Mauro Borges com pormenores sobre as barbaridades praticadas e aprovadas por esses oficiais, nada fazem.

Não podiam, portanto, as autoridades superiores, Ministros e Presidente da República ignorar os referidos fatos, porque, deles há denúncia e além disso, eles conhecem melhor do que nós, quem são os homens que têm essa volúpia de Torquemada, nos cargos que exercem, agindo contra inocentes brasileiros, presos políticos, sem condições de se defenderem pela palavra para justificar suas atitudes.

Mais uma vez, assim, venho fazer um apelo, para que não fique este clamor como uma exclusividade nossa, da Oposição. O ato atinge a todos os homens do Brasil independentemente de Partidos, seja do MDB, seja da ARENA. A causa é da espécie humana, envolve as prerrogativas de direito da pessoa humana que não pertencem à bandeira do MDB e sim a todas as pessoas que tenham uma consciência cristã e uma formação democrática. Desejamos que estas últimas venham comungar conosco, ainda que não usem da palavra, na tribuna, mas que, pelo menos, façam pressão sobre o Governo, se, para tanto, têm realmente elementos. Do contrário seremos cúmplices de crimes que, se quisermos observar os seus requintes, basta que leiamos a própria declaração dos advogados do ex-Deputado Themistoclides Batista:

"O pedido de prisão foi solicitado pelas autoridades da 4ª Região Militar, Juiz de Fora pelo fato de ter o ex-parlamentar deixado, involuntariamente, o exílio no Uruguai."

Ora elas consideram um desafio quando alguém, para que tenha trânsito livre, apela para o Presidente da República. Considerem um insulto às Classes Armadas um asilado submeter-se a Justiça, no órgão a que está espendendo a processo; acham que o asilado não pode ter amor à Pátria, aude de sua família, dos seus amigos ou do chão em que nasceu. E, quando, confiados na palavra do Presidente da República, na sua valia, regressam ao seu País, são cercados de incertezas e inquietações. E, con-

alderando essa atitude um acinte, um desafio, saem das montanhas os bárbaros para buscar, no Rio de Janeiro, o humilde asilado de regresso à sua Pátria.

Ora, se partissem de um fato concreto, positivo, ainda bem. Mas, não! Consideram um atentado à dignidade profissional deles, um insulto à farda que vestem a circunstância de o exilado político ter a audácia, o atrevimento, o descaramento — possivelmente esta é a expressão para eles — de comparecer ao Brasil para dizer: aqui estou, o que há comigo? Julguem-me! Mas isto não querem fazer; o que querem é prender, é aterrorizar. Batem a uma porta em plena noite, quando a Constituição diz que o lar é inviolável, que não se pode entrar à noite, sem permissão, na residência de quem quer que seja. Arrebatam um cidadão para julgar? Não. Para aterrorizar, para praticar aquilo que não querem que se fale.

Senhor Presidente, chamo a atenção da Casa e, ao mesmo tempo, tomo a liberdade de pedir a colaboração de todos, para evitar que nós, da Oposição, sejamos as eternas vozes a pregar no deserto. Este caso não é só nosso, pertence a todo o Congresso. Desta maneira esperamos — nós, usando este meio, e os colegas membros do Governo usando da sua posição — acabar uma vez por todas, como lembrou o nobre Senador João Abrahão, com esse sistema, que é uma vergonha para o País, que é uma vergonha para a nossa geração, que é um crime e continua como se tivéssemos o desejo de viver debaixo do crime. (Muito bem! Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

José Guilomard
Oscar Passos
Clodomir Millet
Sebastião Archer
Petrônio Portela
Paulo Sarasate
Dinarte Mariz
Ruy Carneiro
Teotônio Vilela
Rui Palmeira
Arnold de Melo
Raul Giuberti
Paulo Torres
Aarão Steinbruch
Carvalho Pinto
Armando Storni
Renato Silva

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

Senhor Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna. (Pausa.)

Sua Excelência não está presente. Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende. (Pausa.)

Sua Excelência não está presente. Tem a palavra o nobre Senador Bezerra Neto.

O SR. BEZERRA NETO:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente e Srs. Senadores, é próprio do exercício parlamentar o registro de mensagens, reclamações e apelos oriundos dos Estados sobre seus problemas. Recorrem à via do Congresso as entidades de classe, os próprios poderes públicos estaduais e municipais, cada qual com suas reivindicações, seus pontos de vista, sempre girando em torno de questões de magno interesse público.

Senhor Presidente, quero deixar registrado nos Anais desta Casa apelo chegado de Mato Grosso, referente à situação dos produtores de borracha e a propósito, teceremos breves considerações sobre o momento econômico e financeiro por que passa aquele Estado.

Podemos afirmar que para os seus problemas financeiros o Estado de Mato Grosso está colocado entre as raríssimas unidades da federação que não pressionam com os seus afilios apelos o governo da União. Somos justos quando afirmamos que os últimos governos do Estado, os quinquênios João Ponce de Arruda e Fernando Corrêa da Costa, deixaram saneado, com saldos, sem dívidas, o erário estadual.

Especificamente, no atual momento, no caso do debatido ICM, dois ou três Estados não bateram, urgindo por socorro, às portas do Executivo Federal. Mato Grosso é um deles.

Mas a esta quase euforia financeira não corresponde a situação econômica. Estando praticamente na vanguarda da produção bovina do país, e com uma laboriosa classe seringueira no norte, além dos produtores de cereais nas várias regiões, a crise econômica que aflije o país se acentua naquele Estado. Temos elementos para provar que a assistência, o fomento federal, que ocorrem noutras áreas do país, talvez por maior prestígio ou maior acesso político, não dão sinal de vida em Mato Grosso. Nos últimos dias é que se registrou um gesto de assistência do governo da União para o caso especial do FRIMA, Frigoríficos Matogrossenses — entidade produtora de grande capacidade, agredida por surpreendente golpe. O estabelecimento voltou a funcionar e em poucas semanas mostrou suas reais possibilidades. Se o governo federal, ou as entidades creditícias interessados no desenvolvimento do país atenderem parte dos reclamos matogrossenses sobre estradas e colocação dos seus produtos, estarão investindo em eventos de resultados positivos imediatos.

Com toda a restrição do comércio de gado, a zona de Corumbá não enviou mais remessas de rezes a São Paulo, porque se revelou impotente a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Este é um fato notório, um dos muitos argumentos quando clamamos pelo restabelecimento das obras da BR-262, no trecho Campo Grande-Corumbá.

Chege agora a nós o clamor dos produtores matogrossenses da borracha. Os seringueiros denunciam o indiferentismo da SUDEB na compra da produção.

A propósito a bancada federal recebeu o seguinte telegrama do Senhor Deputado Emanuel Pinheiro da Silva, Presidente da Assembleia Legislativa: "seringueiros matogrossenses sofrem consequências danosas face indiferença SUDEB sentido aquisição produção borracha. Permanência atual situação acarretará falência coletiva indústria extrativista nossa região. Apelamos veementemente sentido seja encontrada solução imediata problema compra borracha matogrossense."

Assim, Sr. Presidente, no caso destacado do desinteresse da aquisição da produção, pelo novo órgão para tal fim criado, resta-nos apelar para que o Sr. Ministro da Indústria e Comércio, General Edmundo Macêdo Soares e Silva, por sinal antigo presidente da Confederação Nacional da Indústria, intervenha no urgente caso e determine as providências de atendimento a que têm direito os seringueiros matogrossenses, verdadeiros heróis na comprovadíssima ingrata luta pela nossa produção.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem. Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário:

E' lido o seguinte requerimento

REQUERIMENTO Nº 604, de 1967

Nos termos do art. 212, letra Y, do Regimento Interno, requerio transcrição nos Anais do Senado do discurso pronunciado pelo Embaixador do Brasil em Israel, por ocasião da inauguração do "Centro Cultural Oswaldo Aranha".

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1967. — Senador Aarão Steinbruch.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O documento cuja transcrição é solicitada evidentemente, pelo seu contexto, está de acordo com as exigências do Regimento Interno. Assim, a matéria será incluída na próxima Ordem do Dia, independentemente de parecer da Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa requerimentos, de autoria do Senhor Senador Sigefredo Pacheco, que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos e aprovados os seguintes

REQUERIMENTO Nº 605, de 1967

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal

O Senador Sigefredo Pacheco, abaixo assinado, vem, na forma regimental, requerer licença para tratamento de saúde no período de 23 de março a 23 de abril.

Nestes termos.

P. Deferimento.

Campo Maior, 23 de março de 1967. — Sigefredo Pacheco.

REQUERIMENTO Nº 606, de 1967

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal.

O Senador Sigefredo Pacheco, abaixo assinado, vem, na forma regimental, requerer licença para tratamento de saúde, no período de 24 de abril a 24 de maio.

Nestes termos.

P. Deferimento.

Campo Maior 24 de abril de 1967. — Sigefredo Pacheco.

REQUERIMENTO Nº 607, de 1967

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal.

O Senador Sigefredo Pacheco, abaixo assinado, vem, na forma regimental, requerer licença para tratamento de saúde no período de 25 de maio a 30 de junho.

Nestes termos.

P. Deferimento.

Campo Maior, 25 de maio de 1967. — Sigefredo Pacheco.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 600, de 1967

Nos termos do art. 39 do Regimento Interno, requerio licença para me afastar dos trabalhos do Senado pelo prazo de 125 (cento e vinte e cinco) dias, para tratamento de saúde, a partir desta data.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1967. — Lobão da Silveira.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O requerimento que acaba de ser aprovado fora lido na sessão de 16 do corrente, deixando então de ser votado por falta de quorum.

Para substituir o Senador licenciado, a Mesa convoca o seu suplente, Sr. Pedro de Moura Palha. Logo que S. Exª compareça ao plenário, passará a participar dos trabalhos da Casa, dispensado o compromisso regimental, visto já o haver prestado ao ensejo de sua primeira convocação. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) Encerrado o período destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em segundo turno, em regime de urgência (Art. 326, nº 5c do Regimento) do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1967, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que altera a Bandeira, as Armas e o Selo Nacionais instituídos pelo Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889 (Projeto aprovado em primeiro turno; nos termos do substitutivo da Comissão de Educação e Cultura e subemenda na sessão de 14-6-67), tendo Parecer, sob nº 410, de 1967, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido.

Em discussão o projeto, em seu segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra para discussão, dou-a como encerrada.

Encerrada a discussão, sem emendas, e não tendo havido requerimentos no sentido de que o projeto seja submetido à votação, é ele dado como definitivamente aprovado, independente de votação, nos termos do Art. 275-A, § 5º do Regimento Interno.

O projeto irá à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto, aprovado:

PARECER Nº 410, DE 1967

Da Comissão de Redação

Redação do vencido para segundo turno do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1967.

Relator: Sr. José Leite.

A Comissão apresenta a redação do vencido para segundo turno do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1967, que altera a Bandeira, as Armas e o Selo Nacionais instituídos pelo Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889.

Sa. das Sessões, em 15 de junho de 1967. — João Abrahão, Presidente — José Leite, Relator — Antônio Carlos.

ANEXO AO PARECER Nº 410-6
Redação do vencido para segundo turno do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1967, que altera a Bandeira, as Armas e o Selo Nacionais instituídos pelo Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º A Bandeira, as Armas e Selo Nacionais são instituídos na

Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1939, obedecidas a forma e a apresentação constantes do Decreto-lei nº 4.545, de 31 de julho de 1942, com as seguintes alterações:

1) na Bandeira Nacional a parte inferior do círculo azul terá tantas estrelas quantos forem os Estados da Federação e a superior, uma, correspondente ao Distrito Federal;

2) nas Armas Nacionais, no escudo, a bordadura do campo perfilada de ouro terá tantas estrelas quantos forem os Estados da Federação mais uma, correspondente ao Distrito Federal.

A legenda "Estados Unidos do Brasil" será substituída pela de "República do Brasil";

3) no Selo Nacional a legenda "Estados Unidos do Brasil" será substituída pela de "República do Brasil".

Art. 2º A inclusão ou exclusão de estrelas nos símbolos nacionais, resultantes, respectivamente, da criação ou fusão de Estados, reproduzirá sempre a parte do céu do Brasil fixada nos modelos anexos ao Decreto-lei nº 4.545, de 31 de julho de 1942.

Parágrafo único. Em qualquer caso as estrelas obedecerão à sua posição astronômica exata.

Art. 3º Sempre que se verificar a criação ou fusão de Estados, o Presidente da República designará Comissão, composta de cinco membros, representantes, respectivamente, dos Ministérios da Educação e Cultura, do Exército, da Aeronáutica, da Marinha e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para, sob a presidência do primeiro, estabelecer as modificações a serem feitas nos símbolos nacionais.

Art. 4º Dentro de sessenta dias da publicação desta Lei, o Poder Executivo baixará os atos necessários à sua execução, inclusive com a alteração decorrente da criação dos Estados da Guanabara e do Acre.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 2:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1967 (nº 72-B-67 na Casa de origem); de iniciativa do Presidente da República, que revigora o art. 26 e respectivos parágrafos da Lei nº 4.889, de 19 de dezembro de 1965 (Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste) e dá outras providências, tendo pareceres favoráveis, sob os números 389 e 390 de 1967, as Comissões: de Projetos do Executivo com a emenda que oferece de nº 1-CPE; de Finanças e dependendo de pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e emendas; das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças, sobre a emenda de Plenário.

Solicito os pareceres orais das Comissões de Constituição e Justiça, sobre o projeto e emendas; de Projetos do Executivo, sobre as emendas.

Para esse fim, dou a palavra ao nobre Senador Wilson Gonçalves Relator da matéria.

O SR. WILSON GONÇALVES:

(Para emitir parecer) — Sr. Presidente, na qualidade de Relator do projeto que V. Exª acaba de anunciar, proferi pareceres na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Projetos do Executivo.

Para conhecimento do Plenário vou proceder à leitura de ambos os pareceres.

E o seguinte o parecer na Comissão de Constituição e Justiça:

O presente projeto de lei, de iniciativa do Poder Executivo, através

da Mensagem nº 341, deste ano, visa, conforme declara expressamente, a renovar, até 31 de dezembro de 1968, o prazo para as empresas industriais e agrícolas do Nordeste procederem ao aumento de capital resultante de incorporação de reservas ou de reavaliação do ativo, gozando da isenção de impostos e taxas federais.

A douta Comissão de Projetos do Executivo, apreciando a matéria e o seu alto objetivo, emitiu parecer favorável, apresentando a emenda nº 1, para que os benefícios consignados no projeto fossem igualmente aplicáveis às empresas industriais, agrícolas e de serviços básicos da Amazônia.

Indo a proposição à discussão em plenário, o nobre Senador Cattete Pinheiro ofereceu a emenda nº 2, em cuja longa e judiciosa fundamentação, calcada na legislação vigente, aduz razões e argumentos que abrem ao assunto, novos aspectos e nos conduzem a uma visão diferente da questão, que é da maior importância para os interesses econômicos e desenvolvimentistas do Nordeste e da Amazônia.

Em resumo, alega que o projeto concede uma isenção que já existe e a delimita, para as empresas industriais e agrícolas localizadas na área da SUDENE, a 31 de dezembro de 1968, e, em consequência, enquanto todas as empresas privadas de todo o País gozarão da isenção do imposto de rendas quando da incorporação, ao respectivo capital, do resultado da correção monetária, as empresas industriais e agrícolas do polígono nordestino usufruirão esta isenção apenas até 31 de dezembro de 1968. Esclarece que, além disto, dentro da própria área da SUDENE, as demais empresas, que não sejam nem industriais nem agrícolas, se beneficiarão da isenção sem tempo limitado.

Conclui, salientando que a emenda nº 2: 1º alcança o mesmo objetivo e conserva a outra parte do projeto relativa à isenção para a incorporação das reservas ao capital;

2º estende a medida às empresas industriais e agrícolas da Amazônia, no que se harmoniza com a emenda nº 1 da Comissão de Projetos do Executivo;

3º alonga, até 31 de dezembro de 1970, o prazo para uso do benefício por parte das mencionadas empresas situadas nas Juas áreas;

4º inclui, na providência, os lucros suspensos além das reservas, perfilando, assim, o disposto no art. 286 do vigente Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 58.400, de 10 de maio de 1966).

A emenda nº 2, erradica, deste modo, da proposição tudo que se relaciona com a correção monetária e, uma vez aprovada, abrangerá a matéria da emenda nº 1 e substituirá, como art. 1º, todo o texto do art. 26 e seus parágrafos.

Em face dos argumentos da emenda nº 2, e dentro da competência desta Comissão, somos pela sua aprovação, com o que fica atendida a matéria da emenda nº 1 e alterado, em parte, o projeto inicial. Este e as emendas são constitucionais, a nós só ver.

O parecer da Comissão de Projetos do Executivo é o seguinte:

A emenda em apêço pretende dar ao artigo 1º do Projeto a seguinte redação:

Art. 1º O aumento de capital resultante da incorporação de reservas ou lucros suspensos, pelas empresas industriais ou agrícolas localizadas na área de atuação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ou da SUDAN (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), ficará isento de quaisquer impostos e taxas federais, desde que realizados até 31 de dezembro de 1970,

observado, no que couber, o artigo 83 e seus parágrafos da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958".

A justificação, que acompanha essa proposição subsidiária, oferece argumentos sérios e seguros que alteram profundamente a impressão, que nos assalta desde o início, de que o projeto, no tocante ao aumento de capital resultante de correção monetária, seria realmente benéfico às empresas industriais e agrícolas nele referidas.

Resaltando a louvável preocupação governamental ao tomar a iniciativa do projeto, o autor da emenda afirma que, como é fácil perceber-se, houve, no caso, um equívoco, que precisa ser corrigido. Alega, assim, que o projeto concede uma isenção já existente na legislação em vigor, com o inconveniente de a restringir no tempo.

Dentro desse raciocínio, teria um resultado espantoso: enquanto todas as empresas privadas, e não apenas as industriais e agrícolas, de todo o País gozariam da isenção do imposto de renda quando da incorporação, ao respectivo capital, do resultado da correção monetária, as empresas industriais e agrícolas da área da SUDENE só poderiam usufruir esta isenção até 31 de dezembro de 1968. Afóra isto, dentro da própria área da SUDENE, as demais empresas continuariam a beneficiar-se da isenção sem limitação de tempo.

A emenda nº 2, segundo expõe o seu ilustre autor, está redigida de modo que assegura a isenção já existente em caso de aumento de capital decorrente da reavaliação do ativo, como efetivamente deseja a proposição governamental, e mantém a outra parte do projeto que diz respeito à isenção na hipótese de incorporação de reservas ao capital. Além disto, ainda tem os seguintes efeitos:

a) aplica o benefício às empresas industriais e agrícolas da Amazônia, no que coincide com o alcance da emenda nº 1, de iniciativa da ilustrada Comissão de Projetos do Executivo;

b) elastece, para 31 de dezembro de 1970, o prazo de urgência da isenção concedida;

c) estende a regalia fiscal aos "lucros suspensos", guardando conformidade, consoante aduz, com o disposto no artigo 286 do Regulamento do Imposto de Renda em vigor.

Do estudo que realizamos da emenda e dos seus fundamentos, no exiguo prazo que nos foi fixado, chegamos à conclusão de que a mesma tem inteira procedência. Não há necessidade de conceder-se isenção para o aumento de capital decorrente de correção monetária, porque isto já está previsto no artigo 76 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, reafirmado pelo artigo 12 do Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro do ano em curso. No mais, prevalece o objetivo do projeto, com a inclusão dos lucros suspensos.

Entendemos que, aceita a emenda nº 2, estará atendida, na essência, a emenda nº 1 e substitutivo, parcialmente, o texto do artigo 26, que se pretende revogar, com a eliminação dos seus parágrafos, que se propõem a regular apenas, matéria de correção monetária.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação da emenda nº 2, com o entendimento que fixamos neste parecer.

São os pareceres Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Manoel Vilça, relator da matéria na Comissão de Finanças.

O SR. MANOEL VILÇA:

(Para emitir parecer) — (Sem visão do orador) — Senhor Presidente, as ditas Comissões de Constituição e Justiça e de Projetos do Executivo nesta Casa examinaram com o maior cuidado e profundamente, o projeto em foco.

O Relator da Comissão de Finanças ouviu com toda atenção os pareceres das referidas Comissões e acompanha o pronunciamento das duas.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Projetos do Executivo e de Finanças foram favoráveis ao Projeto e à emenda de plenário.

Há sobre a mesa pedido de adiamento de votação que vai ser lido, pelo Senhor 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 608, de 1967

Nos termos dos artigos 212, letra "f" e 274, letra "b", do Regimento Interno, requiro adiamento da votação do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1967, a fim de ser feita na sessão de 22 do corrente.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1967. — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em consequência, a matéria sai da Ordem do Dia de hoje para retornar na sessão de 22 do corrente.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1967.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) —

Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 299, de 1966 (nº 3.900-B de 1962, na Casa de origem), que dispõe sobre construções nas proximidades das Fortificações Costeiras do Exército, tendo: Parecer favorável, sob nº 157, de 1967, da Comissão: de Segurança Nacional.

Nota — Projeto retirado da Ordem do Dia em 13 de abril do ano em curso, a requerimento, do Senhor Senador Mário Martins, para audiência do Ministério do Exército (diligência cumprida).

Há requerimento de adiamento que vai ser lido pelo Senhor 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 609, de 1967

Nos termos dos artigos 212, alínea "f" e 274, alínea "a" do Regimento Interno, requiro adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara, nº 299, de 1966, a fim de sobre ela seja novamente ouvida a Comissão de Segurança Nacional.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1967. — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em consequência, a matéria sai da Ordem do Dia para que sobre ela se manifeste a Comissão de Segurança Nacional.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) —

Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 66, de 1966 (nº 111-C-67 na Casa de origem), que fixa datas para a realização das convênções para

eleição do Diretório Nacional e dos Diretórios Regionais e Municipais dos Partidos Políticos e das outras providências, tendo: Parecer favorável, sob nº 405, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.

O Senhor 1º Secretário vai proceder à leitura de requerimento de adiamento que se acha sobre a mesa.

E' lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 610, de 1967

Nos termos dos arts. 212, alínea 1 e 274, alínea d, do Regimento Interno, requero adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 1967, a fim de ser feita na sessão de 21 do corrente.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1967. — *Lino de Mattos.*

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) A matéria é retirada da Ordem do Dia para retornar na sessão do dia 21 do corrente.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Item 5:

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 599, de 1967, pelo qual o Sr. Senador Mário Martins solicita a transcrição nos Anais do Senado da carta de autoria do Arquiteto Oscar Niemeyer, divulgada na imprensa de 16 do mês em curso, na qual aquele profissional apresenta sua opinião a propósito do Aeroporto de Brasília.

Em discussão o Requerimento (Pausa.)

O SR. MÁRIO MARTINS:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) Tem a palavra o Sr. Senador Mário Martins.

O SR. MÁRIO MARTINS:

(Sem revisão do orador) Sr. Presidente, tive a honra de oferecer um requerimento à Casa, no qual solicito a transcrição, nos Anais do Senado, da carta de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer, divulgada na imprensa de Brasília, no dia 16 do corrente em que aquele profissional apresenta sua opinião a propósito do projeto do Aeroporto de Brasília.

Sr. Presidente, o Regimento do Senado determina que, em casos dessa ordem, não basta a simples oposição de uma assinatura num requerimento porque determinado Senador considere de importância sua transcrição em nossos Anais. O requerimento deve ser encaminhado à Mesa para ser apreciado pelo Plenário.

Não sei se em obediência ao Regimento, ou porque a Mesa comunga com a minha opinião, o fato é que não há, no avulso, a carta que iremos apreciar, do arquiteto Oscar Niemeyer, onde S. Sª chama a atenção da opinião pública para o que ele considera um erro arquitetônico, o que se pretende realizar no aeroporto da Capital do País, modificando tudo aquilo que havia sido concebido e ajustado aos princípios arquitetônicos de Brasília que é, incontestavelmente, uma cidade diferente. Julguei, no caso, de grande alcance a oportunidade que nos dá o Regimento, porque teremos ensejo de lembrar uma figura sobre a qual algumas pessoas pretendem que o País jogue terra, enterrando-a, para que não possa ser devidamente admirada, para que não possa, dar a contribuição da sua competência, e,

diria mesmo, do seu gênio, para o embelezamento e o progresso do nosso País.

O fato é que o arquiteto Oscar Niemeyer foi banido de sua atuação no Brasil, mas solicitado o seu trabalho por parte de Israel e países da Europa. Recentemente, quando da visita de Suas Altezas Imperiais do Japão, o Príncipe Herdeiro manifestou ao Presidente do Brasil o desejo de conhecer um brasileiro que, no caso, era o arquiteto Oscar Niemeyer.

Então ele veio para mostrar, para explicar o que era o conjunto arquitetônico de Brasília aos nossos ilustres visitantes.

Mas, no caso, o que interessa não é a condenação do Governo anterior a Oscar Niemeyer, e, sim, sua obra. A ele interessa, como a todo criador, mais a sua obra do que sua própria personalidade. Dentro dos estudos, dos planos, apresentados por ele e por Lúcio Costa, para a criação e desenvolvimento de Brasília, estava, como ponto fundamental, o aeroporto desta cidade. Com a vinda de Governo oriundo de pronunciamento militar, embora estivesse estabelecido que só se fariam modificações na cidade depois de ouvido o Conselho de Arquitetos, integrado inclusive por Oscar Niemeyer, resolveu-se, desde logo que, diante do princípio, ou do pretexto ou da justificativa, que está em moda de lá para cá, da invocação de razões de segurança, fazer uma alteração total no projeto do aeroporto de Brasília, já em obediência mais a diretrizes de ordem militar, do que realmente em obediência ao conjunto geral arquitetônico desta cidade, que, neste assunto, é incontestavelmente modelo para o mundo inteiro.

Depois de várias tentativas do Arquiteto Oscar Niemeyer no sentido de salvar alguma coisa daquilo que fazia parte da arquitetura de Brasília, quanto ao aeroporto, S. Sª resolveu — e, como eu diria, em desespero de causa para resguardar a sua responsabilidade histórica — divulgar uma carta, que é esta que tive oportunidade de enviar à Mesa, e cuja transcrição nos Anais solicitei, dando as razões por que ele está em plena divergência com o atentado que se pretende cometer nesta Capital.

De modo que o desejo do autor do requerimento é mínimo: o direito de o autor do projeto, que jamais voltou as costas para a sua obra, mesmo neste período de perseguição que tem sofrido, para salvar não apenas o estilo, dar as razões que o levaram, com seus companheiros que construíram Brasília, imprimir aquela sentença ao aeroporto desta Capital. Não ficou S. Sª intransigente. Deseja ele, e fez tentativas sucessivas, uma composição com os homens da Aeronáutica, militares, com aqueles que não são especialistas na matéria que é sua, mas compreendendo também que não poderia fazer um projeto ou impedir uma reforma desse projeto sem o debate em que todos os interessados — os técnicos militares e os técnicos de arquitetura — dessem depoimento e fizessem, enfim, a tentativa de harmonizar, o que é possível, o pensamento dos novos líderes da Aeronáutica com o pensamento e o projeto dos arquitetos que se consagraram a essa obra.

Assim, o que eu desejo é que a Casa aprove o Requerimento, porque, quando pedimos a transcrição da carta nos Anais, muito com a preocupação histórica, desejamos que o Senado seja o repositório de determinados acontecimentos ou pronunciamentos a que amanhã tenhamos necessidade de recorrer para maiores esclarecimentos e melhor orientação de nossas decisões, bem como para que esse documento seja o testemunho de uma divergência que se opera muito fora das vistas da Nação, em setores que são excessivamente setoriais, sem que o País inteiro, sobretudo aqueles que têm autoridade e competência para

apreciar o assunto sobre ele se manifestem.

Por coincidência, entre a publicação da carta e a oportunidade de apreciação do meu Requerimento nesta Casa, noventa dos mais expressivos arquitetos brasileiros publicam, hoje, um manifesto, justamente chamando a atenção daqueles que não estão afeitos à matéria, para a importância da posição do Arquiteto Oscar Niemeyer.

Em dado momento dizem: (Lê.)

Em grande parte, o prestígio alcançado por Brasília deve-se ao gênio dos arquitetos Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, autores dos projetos das edificações mais significativas e dos planos de urbanismo. A atenção e o desvelo dos dois arquitetos é que vêm permitindo que a cidade se desenvolva e cresça na coerência da sua ideia original.

Mais adiante, informam:

Como engenheiros e arquitetos, empilhados na construção de Brasília, cumpre-nos defender o seu nível técnico e artístico, denunciando qualquer tentativa de degradá-lo; cumpre-nos, ainda, lutar para que se não destrua a tradição de respeito criada no curso da construção da cidade, quando nenhuma autoridade administrativa, por mais elevada na hierarquia das funções públicas, pensava sequer em usar o poder do Estado para impor sua vontade ou satisfazer seus caprichos, contra a decisão isenta, desinteressada e consciente dos técnicos responsáveis.

Os deveres profissionais e cívicos nos constroem a vir, de público, denunciar os lamentáveis acontecimentos que envolvem a escolha do projeto para o aeroporto de Brasília.

O Sr. Aarão Steinbruch — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MÁRIO MARTINS — Pois não.

O Sr. Aarão Steinbruch — Essa divergência entre o arquiteto Oscar Niemeyer e o pessoal do Ministério da Aeronáutica faz lembrar uma visita que fez, como Primeiro Ministro da União Soviética, o Sr. Nikita Khrushchev a uma exposição de arte. Quando criticou aquela exposição, teriam comentado depois alguns conhecedores de arte que, certamente, na enciclopédia soviética que se editaria no ano 2.000 se daria ao Sr. Khrushchev um título de crítico de arte.

O SR. MÁRIO MARTINS — Confirmando esse episódio de V. Exª, dizem os 90 arquitetos brasileiros: (Lê.)

"A Diretoria de Engenharia da Aeronáutica, apoiada somente em razões de força, através de procedimentos de caráter duvidoso, tenta negar a Brasília o direito de construir o belo e verdadeiramente moderno aeroporto projetado por Oscar Niemeyer.

A carta finaliza com as seguintes palavras: (Lê.)

"Apelamos respeitosamente a S. Exª, o Senhor Presidente da República, no sentido, de que chame à ordem aqueles burocratas que tentam desservir o Brasil e o povo brasileiro.

Penso, Senhor Presidente, que não deveríamos, ao aprovar este requerimento, limitar-nos ao registro da carta do arquiteto Oscar Niemeyer. Pretendo, em seguida, obter do Presidente ou dos membros da Comissão do Distrito Federal que se compo-

pelo menos tem poderes legais para certo controle da administração do Distrito Federal.

De modo que, Senhor Presidente, apresentei o requerimento na certeza de que os membros do Senado concordarão em que os nossos Anais ficarão enriquecidos com o depoimento de uma figura da produção de Oscar Niemeyer e, ao mesmo tempo, pretendi dar a esse profissional a oportunidade de trazer até nos seus olhos de vista, a sua tenaz luta que decorre muito longe dos nossos olhos em relação à preservação de parte da sua obra que, neste momento, uma das suas preocupações como brasileiro e como arquiteto. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) Continua em discussão o requerimento. Não havendo mais quem peça a palavra, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O SR. MEM DE SA:

Sr. Presidente, peço a palavra para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. MEM DE SA:

(Para declaração de voto — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, desejo declarar que votei a favor do requerimento, mesmo sem conhecer a entrevista do eminente arquiteto Oscar Niemeyer, por um princípio que inalteravelmente tenho mantido, assim como o Senado tem mantido, de jamais recusar transcrição nos seus Anais de documentos a pedido de qualquer Senador.

De maneira que, sem conhecer, sem saber o que ele diz, sem me interessar o que ele diz, votei a favor da transcrição obedecendo um critério invariável. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A declaração de voto do nobre Senador Mem de Sá constará de Ata. Será feita a transcrição aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

SESSÃO EM 21 DE JUNHO DE 1967

(Quarta-feira)

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 324, de 1966 (nº 1.847-B-64 na Casa de origem), que cria Juntas de Conciliação e Julgamento e os respectivos cargos, na 6ª Região da Justiça do Trabalho, e das outras providências, tendo Parecer Favorável, sob ns. 238, 289, 290 e 354, de 1967, das Comissões de Serviço Público Civil; de Legislação Social; de Finanças e de Constituição e Justiça (Parecer solicitado pela Comissão de Legislação Social).

2

Discussão, em turno único, do Parecer nº 316, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Ofício SP/143, de 10 de setembro de 1965, do Sr. Presidente do Senado, solicitando pronunciamento sobre questão de ordem suscitada, pelo Sr. Senador Alcides de Carvalho, na sessão de 20 de agosto daquele ano (Parecer no sentido de que os atos interna-

cionais, aprovados pelo Congresso Nacional, sejam publicados no D.C.N., Seção II, logo após os Decretos Legislativos que os aprovarem, substituída a publicação deles no D. O., Seção I, Parte I, apenas por uma observação esclarecedora).

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 1966, (nº 111-C-67 na Casa de origem), que fixa datas para a realização das convenções para eleição do Diretório Nacional e dos Diretórios Regionais e Municipais dos Partidos Políticos e dá outras providências, tendo: Parecer favorável, sob nº 405, de 1967, da Comissão: de Constituição e Justiça.

Discussão, em primeiro turno (com apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do art. 265, do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1966, de autoria do Senador Gilberto Marinho, que regula a incidência da proibição contida no § 1º do art. 15 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, (que institui novos valores de vencimentos para os servidores públicos do Poder Executivo e dá outras providências), tendo Parecer, sob nº 324, de 1967, da Comissão: de Constituição e Justiça, pela rejeição por inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 35 minutos)

Discurso pronunciado pelo Senhor Senador João Cleofas na sessão de 7 de junho de 1967, que seria publicado posteriormente.

O SR. JOÃO CLEOFAS:

Sr. Presidente, numa visão geral do desenvolvimento econômico e social do nosso País, o Nordeste vem constituindo, para todos aqueles que se preocupam com os problemas nacionais, um manancial, por assim dizer, inesgotável para estudos, pesquisas, análises, projetos e reformulações de toda ordem.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, o homem público, o professor, o sociólogo, o jornalista, o religioso, e, até mesmo o demagogo abordam, com tanta frequência, s variados aspectos daquela região. Constitui assim o problema do Nordeste um tema frequente e preferido, sendo mesmo obrigatório, do qual tantos se ocupam, e que tantas distorções e tantas incompreensões tem suscitado.

Homem do Nordeste, filho de modesto agricultor e agricultor eu próprio, durante toda a minha vida, agricultor por profissão, agricultor por vocação, conheço o panorama rural do meu País, a terra brasileira que apresenta enormes variações nos seus aspectos, pois ao lado de zonas prósperas, zonas férteis e felizes, nos deparamos, frequentemente, com zonas castigadas pela natureza ingrata, como é o caso do nosso Nordeste, onde o trabalho rural representa um obstinado e heróico esforço pela própria sobrevivência do lavrador.

Conhecendo as particularidades, as peculiaridades e as diferenciações da terra brasileira, Secretário da Agricultura no meu Estado, depois da Revolução de 30; Ministro da Agricultura, 20 anos depois, entendi do meu dever, Sr. Presidente, ao ingressar nesta Casa, honrado com um mandato que me foi conferido pelos pernambucanos, também, aqui, vir prestar um singelo, um despretencioso depoimento abordando aspectos e ângulos dos problemas daquela re-

gião, que merecem ser mais focalizados, ser postos em maior evidência, sobretudo para permanecerem presentes na consciência nacional.

Procurarei, Senhor Presidente, ser sobretudo objetivo.

O problema do Nordeste, vale repetir ainda uma vez, malgrado o grande esforço desenvolvido, continua constituindo o maior problema de sub-desenvolvimento do Hemisfério Ocidental. Por sua vez, ali se executa a grande, a maior e mais audaciosa e racional experiência de planejamento global através de um organismo diretor de coordenação visando integrar a economia regional na economia brasileira, SUDENE.

A criação do Banco do Nordeste em 1952 foi o primeiro passo para o apoio e para o levantamento e a sistematização dos Estudos Econômicos Regionais, foi o primeiro instrumento de crédito orientado para o desenvolvimento regional. A CHESF cuja inauguração se verificou pouco antes do Banco representa a segunda avançada propulsora da região. As atividades desenvolvidas pelo DNOCS com a aplicação das percentagens instituídas

pelo artigo 199 da Constituição de 1946 teria também a mesma finalidade. Na verdade, porém, os objetivos visados pelo DNOCS ficavam situados em proporções bem menores em relação do desenvolvimento regional no seu conjunto.

Foi, sobretudo, a partir do surto de industrialização do Brasil que se ampliou o desnível entre a expansão econômica do Centro-Sul e a expansão econômica do Nordeste.

Em 1950 o Nordeste abrigando um terço (33%) da população brasileira proporcionou, tão somente, 16% da renda nacional.

Sua renda per capita era equivalente, portanto, à metade da renda per capita do País.

Em 1955 a participação do Nordeste ainda se reduzia a 14%. Não é demais que desde logo se reproduza, como subsídio para um estudo comparativo, a evolução da economia nordestina em relação ao desenvolvimento que tiveram as outras regiões do País e o Brasil como um todo. Reproduzimos assim o quadro abaixo retirado da exposição que apresentou ao Congresso o III Plano Diretor:

PARTICIPAÇÃO DA RENDA DO NORDESTE NA RENDA DO BRASIL E DO RESTO DO PAÍS

ESPECIFICAÇÃO	Percentagens médias nos Períodos			
	1950-52	1953-56	1957-59	1960-62
1 — Renda interna do Nordeste sobre renda interna do Brasil ..	16,1	14,5	15,0	17,1
2 — Renda interna total do Nordeste sobre a renda interna do resto do País	19,2	17,1	17,6	20,8
3 — Renda interna per capita do Nordeste sobre renda interna per capita do Brasil	46,3	43,8	46,6	54,6
4 — Renda interna per capita do Nordeste sobre renda interna per capita do resto do País	36,5	34,1	37,7	45,5

De passagem pode-se referir para uma visão total do diagnóstico da economia brasileira entre os anos de 1961 e 1966, a especificação da velocidade do crescimento do nosso produto real que se reduziu drasticamente, de modo geral. Foi o seguinte o quadro verificado, segundo relatórios oficiais:

1961	7,1%
1962	5,4%
1963	1,6%
1964	3,1%
1965	4,7%
1966	2,0%

Quanto ao crescimento da renda per capita, em 1964 e 1965 foi obtida a taxa 2,9% média e quanto a 1966, contrariando previsões do PAEG que estipulou a taxa de 3%, somente foi obtida a elevação de 0,4%.

Comparando-se a média da renda per capita nordestina à de outros países do Continente, ela não atinge a 50% da média do conjunto da América Latina, e à nível dos países, supera apenas à dos residentes na Bolívia e Paraguai.

Quanto à distribuição da renda no Nordeste pelas camadas da população, embora não se disponha de dados inteiramente exatos que permitam um quadro comparativo mais objetivo, pode-se entretanto inferir, logo à primeira vista, que predomina de forma impressionante, o pauperismo, o desemprego, o sub-emprego que é uma forma mal disfarçada do desemprego, tanto nas grandes cidades como, muito especialmente, no meio rural. Por isto mesmo não podemos

considerar como integralmente válidas as indicações oficiais que vêm assinalar o ritmo de crescimento no nordeste como expresso numa taxa de 7% ao ano, em 1964 e ainda mais elevada em 1965.

O problema da distribuição da renda per capita tem, sem dúvida, a mesma magnitude e paralelismo que o problema do crescimento da renda geral. Na verdade, é mais do que evidente que o desenvolvimento econômico terá de traduzir-se também em progresso social, de modo a que as classes assalariadas possam participar do aumento de renda per capita incorporando-se maiores contingentes populacionais ao processo produtivo.

Por outro lado, vale ressaltar que o crescimento da renda nos últimos anos no Nordeste deveu-se, não tanto em razão de um maior dinamismo obtido pela economia da região mas também, em virtude da redução do crescimento verificado para a economia brasileira e o resto do País a partir de 1961, conforme demonstrativo acima.

As desigualdades regionais de níveis de vida e de desenvolvimento entre as duas regiões foram, longos anos sobretudo agravadas pela política cambial, através de câmbio favorecido para importação de equipamentos. Assim a política cambial operava de forma duplamente onerosa para a região nordestina pois que, prejudicial a exportação dos seus produtos, tendendo a importação prevalecia o controle rígido exercido pelos ágios e

pelas tarifas, estimulando e acelerando o surto industrial do Centro-Sul.

A política protecionista cuja salutar finalidade seria a de proteger e assegurar a expansão das indústrias nacionais acarretava, como de resto ainda acarreta, substancial transferência de recursos da região mais pobre aumentando a disparidade de níveis de desenvolvimento.

Nestas condições, operava-se um duplo processo de empobrecimento encaminhando-se as rendas das exportações nordestinas, com o suprimento de cambiais em favor das indústrias de outra região e fazendo-se assim, permanecer a zona, já submeida àquela erosão econômica, ao desgaste de condições subalterna de região subidora de matérias-primas e produtos agrícolas, à condição inferior de zona de colonização interna.

Na verdade ao permitir a entrada de capitais ou equipamentos através da Instrução 113 da antiga SUMOC, sem cobertura cambial, para localizá-los nos nascentes ou mais adiantados centros industriais acarretou-se, praticamente, todo o território brasileiro campo mercado exclusivo às novas indústrias.

Levantamentos feitos demonstram que o ingresso de capitais facultado pela Instrução 113 atingiu a cerca de 530 milhões de dólares distribuídos na proporção de 95% para o Centro-Sul (São Paulo, Minas, Rio e Guanabara) menos de 2% para o extremo sul e apenas 3% para todos os demais Estados da Federação. Os produtos industriais tinham assegurado no mercado interno preços elevados, isentos de controle e libertos da concorrência do similar estrangeiro, porque vedada a importação de bens similares produzidos no País. Isto importava, na verdade, em que o Nordeste deixava de comprar barato no exterior para comprar caro os produtos análogos em São Paulo.

É evidente que essa situação de progressiva deterioração não poderia subsistir.

Sr. Presidente:

Compreende-se que as disparidades regionais existem em qualquer economia. São por assim dizer, inerentes em qualquer processo de desenvolvimento. Todavia a continuidade do seu agravamento conduz a explosões de inevitáveis tensões sociais que podem abalar, ou abalarão, sem dúvida, a própria unidade econômica e política do País.

Fazia-se indispensável impedir essa desintegração.

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE, foi criada pela Lei nº 3.952, de 15 de dezembro de 1959, com essa finalidade. Com o objetivo de planejar, coordenar e dirigir o processo de desenvolvimento do Nordeste, ou seja, estabelecer e executar uma política racional e eficaz de desenvolvimento regional. Assim a SUDENE tem a atribuição específica de supervisionar e controlar a elaboração e execução de projetos federais na região e também coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos federais na região e também coordenar planos de assistência técnica nacional ou estrangeira.

O plano de ação fundamental com o qual se pode ler nos seus Planos Diretores, teve em vista realizar os seguintes objetivos:

1 — Elaborar uma política e manter uma estrutura capaz de reduzir as disparidades de renda per capita do Nordeste, com relação à do Centro-Sul do País;

2 — Coordenar os investimentos públicos na região nordestina;

3 — Elevar o grau de eficiência da economia agrícola aos efeitos danosos das irregularidades pluviométricas;

4 — Estimular a fixação, na região da poupança local e regional;

5 — Mobilizar e orientar a assistência técnica e financeira externa.

Enfim, vale repetir, a SUDENE foi criada com a finalidade precípua de agir como órgão de Supervisão e Planejamento global do desenvolvimento do Nordeste, proporcionando recursos à agricultura de subsistência, promovendo a industrialização em toda a região, e realizando, inclusive, a reforma da estrutura agrária.

O plano de ação fundamental adotado, como instrumento básico dessa política, foi expresso no Primeiro Plano Diretor aprovado em 1961, Lei nº 3.395. Foi retificado e retocado nos dois planos diretores seguintes, o segundo aprovado em 1963; Lei nº 4.239 de 27 de junho de 1963 e o terceiro, aprovado em 1965 pela Lei nº 4.869, de 1 de dezembro de 1965.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOÃO CLEOFAS — Com prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Eminente Senador João Cleofas, V. Exª está focalizando, perante o Senado e perante a Nação, assunto do qual não me posso manter alheio: o problema da SUDENE e sua atuação na região nordestina. Fui um dos que combateram desde o início, a organização da SUDENE em virtude da orientação que tomou na fase inicial. V. Exª sabe que a SUDENE foi criada sob a inspiração do Governo do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, que, sensibilizado com os efeitos da seca de 1953, na região nordestina, semeando a fome por toda parte, criou um órgão que tinha em vista a modificação da estrutura econômica da região e o combate aos efeitos do flagelo. Nossa região, realmente, como disse V. Exª, é infelicitada pelos efeitos climáticos. Mas, há oito anos passados, já naquele tempo eu, o dizia, provocando calorosas discussões, infelizmente, sem o apoio de toda a Bancada do Nordeste.

O SR. JOÃO CLEOFAS — Não teve, muitas vezes, até mesmo a compreensão necessária.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Exatamente. Dizia eu, então, que não podíamos reconstruir solidamente, ou consolidar, — direi melhor —, a economia nordestina, sem que nos preocupássemos, sobretudo, com os problemas rurais. Bem sabe V. Exª que habitam a região de campos no Nordeste onde o fenômeno tem sua época mais forte, cerca de 20 milhões de brasileiros. Entendia eu que a SUDENE, de princípio, cuidando só e só do problema industrial, abandonando os campos, jamais poderia resolver o problema de uma região inteira. Eram, sobretudo, as classes rurais que mais sofriam. Entre elas a fome campeava e o fenômeno da seca atuava com maior força. De modo que sugeri inúmeras emendas no sentido de que, sem abandonar o plano industrial, sem o qual não é possível uma economia bem organizada, bem estruturada, a SUDENE cuidasse, sobretudo, dos campos com este lema: água e irrigação. Sabe V. Exª que a Região Nordeste tem rios perenes como o São Francisco, e rios perenizados pelas grandes barragens já construídas, como, por exemplo, o Rio Piancó, na região do meu Estado. Então, aqui se viu a reação de alguns Estados. A do Estado de V. Exª, sobretudo, foi tão grande que eu, que discutia quase que inocentemente um problema econômico, convencido de que estava defendendo os interesses da população humilde e sofridora, passei vexames incalculáveis. Promoveram manifestações ruidosas em Recife capital do Estado de V. Exª, e fizeram o meu enterroimento, porque eu defendia, no Senado, um plano de ordem econômica que, segundo, me parecia, atenderia à nossa região. Combateram-me, por todas as formas. Hoje, oito anos passados, eu falo em ouvir as considerações de V. Exª,

com a sua autoridade moral, com sua cultura, com a sua compreensão...

O SR. JOÃO CLEOFAS — Obrigada a V. Exª.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — ...sobre problemas dos quais tem vivência como eu e todos os nordestinos. Folgo, também, em ver que V. Exª traz para o Senado, crítica a uma organização que ainda não está concluída, de modo eficiente, para a reconstrução econômica do Nordeste. Quanto à tese que defendia, sabe V. Exª, sabe o Senado, sabe a Nação sabem todos que, ainda hoje, não se modificou um centímetro do fenômeno que inspirou a criação da SUDENE, no Nordeste: o fenômeno das secas. Continuam quase paralisados os serviços de irrigação, não se cuida da irrigação, aproveitando-se as águas dos rios perenes e perenizados pelas barragens nas águas dos rios perenes e perenizados pelas barragens; não se cuida de coisa alguma. Assim, a situação das secas, dos campos continua a mesma. Oito anos depois, criado o órgão que se dizia salvador da região, verifica-se que os fenômenos das secas continuam, de quando em vez, provocando os mesmos efeitos de empobrecimento, de miséria, de fome, como antes. Como disse Vossa Excelência, no início do seu discurso, a SUDENE deveria ser necessariamente órgão de coordenação dos já existentes. Tínhamos na administração brasileira órgãos próprios capazes de executar tudo aquilo que a SUDENE planejava. Portanto, ela deveria ser órgão de planejamento, de fiscalização, de orientação da reconstrução econômica do Nordeste, nunca inferior, se transformar, como se transformou, em um órgão visando quase exclusivamente, a industrialização das zonas urbanas da nossa região. Incontestavelmente, as indústrias se têm desenvolvido. A SUDENE tem promovido, através dos favores que lhe são assegurados, o desenvolvimento do nosso parque industrial nordestino. Este se tem desenvolvido, incontestavelmente, porém de modo perigosíssimo, como sempre ocorre quando o desenvolvimento industrial de uma ação se dá sem a preocupação da criação da produção de matérias-primas, ou melhor, sem uma agricultura desenvolvida. Para se estabelecer a simbiose com a indústria, base específica da ordem econômica de uma região ou de um país, é necessário que a sua indústria seja desenvolvida. Aqui nada disto se fez. Abandonou-se o campo; não há serviços de irrigação; as barragens estão abandonadas com bilhões de metros cúbicos de água acumulados e aproveitados os grandes capitais investidos pelos Governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek de Oliveira, Jânio Quadros em parte, em fim pelos Governos de Epitácio Pessoa para cá. Continua, assim, o mesmo desastre, o mesmo fenômeno, a mesma miséria, porque, sem água e irrigação, só Deus poderá salvar o Nordeste, como eu dizia aqui, em discursos veementes, argumentado de boafé. As indústrias nada resolvem, nada significam, sem que haja a preocupação substancial em relação à matéria-prima. O desenvolvimento da agricultura, na região seca, não se combate com indústrias; a seca não se combate com SUDENE; a seca não se combate com benefícios; a seca se combate com água! Ontem, em aparte, disse da minha admiração pelo Estado de Israel, uma nação que transformou uma terra estéril, improdutiva, arenosa, pedregosa numa das mais ricas do mundo. Por que? Porque a seca, o fenômeno climático as condições geológicas ali foram combatidos tecnicamente, fazendo-se o necessário para dar riqueza aos agricultores. Há oito anos — e aqui abro um parêntese para pedir que V. Exª me perdoe a extensão do meu aparte...

O SR. JOÃO CLEOFAS — Ao contrário.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — ...vivo o problema e o sinto. Fui quase vítima das teses que aqui defendi. Assinalo, registro que oito anos depois o fenômeno das secas, que inspirou a criação da SUDENE, continua. Se ocorrer uma seca no Nordeste agora, não são as poucas indústrias que irão amparar esses vinte milhões de brasileiros. Eles continuam desamparados, sofrendo mais do que sofriam anteriormente. As últimas secas o demonstraram. Perante o Senado é a Nação, com a verdade de quem defendeu, com sacrifício embora, a verdade de uma tese, registro que em nada se modificou a estrutura da organização econômica da nossa região. V. Exª, tem razão em nutrir alguma dúvida, conforme disse no início, se não me engano, sobre os dados da taxa de desenvolvimento nordestino, porquanto, na verdade, no centro urbano, essa taxa de produção pode ter aumentado, mas na zona rural, na zona agrícola, onde habita grande parte da população brasileira, nada absolutamente se fez. A miséria continua e continuará enquanto a SUDENE não se libertar da orientação burocrática e, algumas vezes, até desagradável sob o aspecto moral, para se encaminhar para essa solução, que é exatamente a água e a irrigação. V. Exª sabe que onde há um açude construído numa região nordestina, a agricultura é próspera e até mais rica e poderosa, porque falta o produto nas outras regiões e o que é produzido às margens dos açudes é vendido por preços maiores, mais lucrativos, mais compensadores. V. Exª, perdoe a extensão do aparte; mas folgo em ver um homem com a autoridade de V. Exª, trazer ao Senado aquilo que na verdade vem, pelo menos em aparte, provar o que eu quase sozinho expunha em defesa da tese, hoje comprovada pelos fatos. Oito anos depois a situação continua a mesma ou até pior, porque a construção das barragens quase cessou. No meu Estado, não sei qual a barragem que construíram. Tenho conhecimento apenas da barragem de Boa Esperança, no Estado do Maranhão, servindo a essa região. Fora essa, não sei de outra que esteja em construção para modificar, através da irrigação, as condições econômicas da região.

O SR. JOÃO CLEOFAS — Sr. Presidente, agradeço a intervenção lúcida do Senador Argemiro de Figueiredo, que não se limitou a um aparte, porque trouxe ao meu discurso a sua valiosa cooperação. Foi bom que assim procedesse, porque S. Exª fez uma análise retrospectiva de um dos setores de mais alta valia e significação para o desenvolvimento do Nordeste. Estou, em termos gerais, de acordo com as idéias expostas, com tanta lucidez e tanta convicção, pelo Senador Argemiro de Figueiredo. Saliendo entretanto que não se pode desconhecer o meritório trabalho sistematizado e proveitoso que a SUDENE tem realizado em numerosos setores.

No decorrer do meu discurso prestarei um pequeno esclarecimento sobre o seguinte aspecto: a SUDENE foi concebida para promover o desenvolvimento global da região, coordenar as iniciativas e as inversões públicas ali existentes e para promover o desenvolvimento através de dois pontos-chaves, por intermédio do maior soma de investimentos públicos para criar-se uma infra-estrutura uma pré-estrutura na região nordestina e, através da concessão de favores, para se implantar a industrialização promovendo-se a mobilização da população privada. Também, por fim, foi concebida muito especialmente, para racionalizar e diversificar a agricultura nordestina.

A primeira lei de criação da SUDENE concedia empréstimos, concedia favores cambiais e fiscais para

a industrialização, mas aqueles estímulos foram, na verdade, tímidos, e foi preciso, para honra do Congresso Nacional, em virtude da lucidez do Poder Legislativo, que se estabelecesse, através de uma emenda inicial do então Deputado Gileno De Carli, um sistema inteligente, humano e compensatório de captação de recursos nas diferentes zonas do Brasil para serem aplicados na região nordestina — foram os célebres artigos 13 e 34, depois ampliados, retocados e modificados. Foram esses artigos, na verdade, que propiciaram a industrialização íntegra da nossa região. Esta divagação inicial, Sr. Presidente, quero admitir, quero adiantar, vale como introdução ao meu despretencioso discurso que em muitas partes procurei trazer escrito, redigindo-o como um pouco mais de meditação, e também para que não dizer — a fim de suprir as limitações e deficiências do expositor. (Não apoiado).

Dois enormes distorções — quero adiantar ainda e isto constitui um dos principais fundamentos do meu discurso — se verificaram na aplicação, na vigência dos Planos-Diretores. A primeira é que foi desprezado quase inteiramente o setor da agricultura.

Tanto no primeiro como no segundo Plano deu-se ênfase especial à parte agrícola. Mas, na aplicação de recursos, operou-se discriminação contradiatória: a agricultura foi relegada a plano secundário, desprezada, e colocou-se a indústria — a grande indústria — como espécie de panacéia, capaz de trazer riqueza e de operar milagre.

Outra distorção que se verificou foi aquela de não se cuidar das pequenas e das médias indústrias, que são as que têm maior objetivo social e humano, são as que vão fazer o assalariado participar mais efetivamente do desenvolvimento. Não se pode conceber desenvolvimento sem progresso social, sem que a população miserável e faminta que existe no Nordeste brasileiro, e que aumenta a cada dia, tenha maior participação no desenvolvimento global da região.

O Sr. José Ermírio — Permite-me um aparte, Senador João Cleofas?

O SR. JOÃO CLEOFAS — Com todo o prazer.

O Sr. José Ermírio — O discurso que V. Exª pronuncia no plenário desta Casa é da maior importância para o País. Lá, há tempos, que 1/3 da população do mundo ganhava 4/5 da renda mundial. No Nordeste, deve ser muito pior. O certo é que 75% da nossa população de Pernambuco vive na "zona da mata": 15% no "agreste" e 10% no "sertão". Na "zona da mata", há desemprego total, sem ninguém, até hoje, indicar o que deve ser plantado para dar trabalho a essa população imensa que está grandemente desprotegida. O preço do açúcar, durante dois anos, não foi alterado, acabando quase por terra não só os produtores de açúcar, como os plantadores de cana. A erosão econômica foi tão grande que a SUDENE, em lugar de estudar, cuidadosamente, como aplicar o dinheiro do 34-13 e do 13-13, não cuidou da agricultura; diluiu-se em setores que não são rentáveis à região, utilizando a mão-de-obra e suas matérias-primas locais. O algodão conforme V. Exª sabe, diminuiu de produção; o sisal, de que o México exporta 70% manufaturado, está em decadência total em nosso país; e assim estão quase todos os nossos produtores agrícolas. O México, tomando dinheiro emprestado ao BID, já utilizou dois milhões e setecentos mil hectares de terra e está pagando esse empréstimo com produção agrícola que exporta. Enquanto isso, temos a SUDENE e podemos fazer, em casa, tudo, mas nada fizemos até agora. O primeiro projeto de que tive conhecimento foi o da Usina

São José, como V. Exa. sabe. De lá para cá, não sei se houve outro. Foi o primeiro realizado, utilizando o 34-18. E só Deus sabe quanto levou para ser utilizado, porque, até então, o 34-18 era para a indústria e não para a agricultura.

O SR. JOÃO CLEOFAS — Agradeço igualmente a intervenção esclarecida do Senador José Ernirio, tanto mais insuspeita quando ele é um dos grandes, dos maiores, capitães da indústria do nosso País.

Vejo, Sr. Presidente, que minhas modestas considerações são agora reforçadas com a solidariedade e com a participação dos nobres Senadores. Quero repetir, e é de inteira justiça fazê-lo, que a SUDENE realmente tem executado uma obra extraordinariamente meritória para a região. Mas a SUDENE trabalha, tendo o comando e a supervisão em região onde existem outros órgãos que, devemos dizer, envelheceram e talvez até se esgotaram.

E' o caso por exemplo do Instituto do Açúcar e do Alcool, com trinta e três anos de existência, criado para fazer a defesa específica da agro-indústria açucareira nordestina, para amparar uma agricultura tradicional sem esquecer de melhorar o nível de vida do trabalhador canavieiro. No entanto o Instituto somente agora busca preencher essa sua verdadeira finalidade. Se a SUDENE tem como objetivo básico e prioritário a industrialização, não se compreende que tivesse deixado de lado aquele tradicional setor industrial já existente.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Indústria sem matéria-prima.

O Sr. José Ernirio — Queriam salientar, nobre Senador João Cleofas, que o Instituto, tem, hoje, três mil e quinhentos funcionários, quase todos localizados na Guanabara. E quem suporta tudo isso? A lavoura açucareira de Campos, de Pernambuco, de São Paulo e de outros Estados. Não sou contra a que se dê colocação a homens para trabalhar, mas sim a que se lhes dê colocação na Guanabara, onde nada podem realizar.

O SR. JOÃO CLEOFAS — Um pequeno parêntese, nobre Senador: há três meses passados o Instituto do Açúcar e do Alcool comprou, por um bilhão e meio de cruzeiros, um prédio anexo àquele onde funciona na Guanabara.

Prossigo, Sr. Presidente, fazendo uma apreciação sintética dos planos diretores.

Foi assentado em definitiva como síntese de atuação dos três planos diretores que eles deveriam assentar em três pontos básicos de apoio.

- 1 — Industrialização
- 2 — Racionalização da agricultura
- 3 — Realizações destinadas a humanizar o processo de desenvolvimento.

Em verdade poderão ser condensados nos dois primeiros itens pois que o terceiro pode ser considerado complementar.

Ao ser apresentado ao Congresso o III Plano Diretor, ficou expresso no documento de apresentação que as suas diretrizes deveriam ser sintetizadas nos seguintes itens (reproduzo textualmente):

a) modificação progressiva da estrutura agrária, visando o aproveitamento intensivo das terras urbanas na proximidade dos principais centros urbanos, a diversificação das culturas em benefício da produção de alimentos e a redução da importância relativa das grandes plantações de cana, como fonte de emprego, graças à elevação dos rendimentos e à concentração da área dessa cultura, permi-

tindo a multiplicação de unidades familiares e de cooperativas;

b) incorporação a economia do Nordeste, mediante programas de povoamento, das terras unidas, ainda não ocupadas, a fim de ampliar as massas da agricultura regional e absorver excedentes de mão-de-obra da zona semiárida;

c) transformação da atual economia da zona semiárida, adaptando-a ao meio para que seja mais resistente às secas e aumente sua produtividade;

d) absorção dos grandes excedentes de mão-de-obra existentes nas zonas urbanas, pela criação de formas permanentes de emprego em indústrias e serviços correlatos, capazes de tornar mais variada a estrutura econômica, elevar a produtividade média e criar classe empresarial apta para liberar o desenvolvimento.

Para assegurar o êxito desse planejamento era simultaneamente necessário a implantação e ampliação dos serviços básicos de infra-estrutura.

O investimento infra-estrutural através da aplicação de rendas federais representa, sem dúvida, o principal suporte para o desenvolvimento de todas as outras atividades econômicas e sociais, tanto mais quanto ele, na verdade, viria atenuar o efeito depressivo da transferência de rendas do setor privado do nordeste para o Centro-Sul.

Assim todos os planejamentos reconheciam que o preparo da infra-estrutura seria condição primordial aos investimentos privados diretamente produtivos. A estratégia adotada visava assim preparar a dinamização do setor privado para capacitá-lo a gerar fontes permanentes de absorção de mão-de-obra.

Ao setor ou departamento de infra-estrutura, ou seja, transporte energia e saneamento básico foi adicionado no II plano diretor embora de forma ainda tímida, o Departamento de Recursos Humanos para ser ampliado no III Plano quando, igualmente, foi incluído uma série de iniciativas denominadas *Programas Especiais*.

O III Plano Diretor, em sua essência, segue a linha dos dois planos anteriores, com algumas variantes e uma delas, é a busca do equilíbrio dos setores e programas no conjunto do Plano, eis que o fenômeno do desequilíbrio setorial é constante nos primeiros trabalhos. Caracteriza-se essencialmente pela ênfase dada aos Recursos Humanos como fatores de produção, maior importância à participação do setor privado nas tarefas do desenvolvimento, modificação do setor privado nas tarefas do desenvolvimento, modificação significativa na distribuição dos recursos e maiores tentativas para descentralização executiva.

Diferencia-se dos dois primeiros planos pela recomendação de novas diretrizes e pela ênfase adotada para algumas já existentes.

Suas linhas de ação podem assim ser definidas, conforme se lê na sua apresentação:

a) ênfase dada aos Recursos Humanos encarados, indissolavelmente, como fatores de produção e beneficiários finais do processo produtivo;

b) adoção de diretrizes definidas em relação ao problema do emprego;

c) maior participação das comunidades locais de forma decisiva e consciente no processo do desenvolvimento;

d) maior preocupação pelos aspectos do desenvolvimento, vinculados à melhoria das condições de bem-estar social;

e) adoção de uma metodologia que enfatiza os aspectos especiais das atividades econômicas na análise e na solução dos problemas regionais;

f) maior importância à participação do setor privado nas tarefas do desenvolvimento, particularmente no

que tangê ao esforço para aumentar os níveis de investimentos;

g) modificação significativa na distribuição dos recursos, sendo dignos de registro a diminuição da participação relativa dos gastos previstos na infra-estrutura, o incremento nas dotações do setor Recursos Humanos e a ampliação dos programas relacionados com a agricultura e a industrialização;

h) maior descentralização executiva das atividades da SUDENE.

O incentivo à industrialização, sem dúvida, tem como finalidade criar fontes de emprego na região onde existe uma percentagem elevadíssima de desempregados e de subempregados onde, portanto, predomina o pauperismo acentuado senão a miséria extensiva.

A Lei 3.692 de criação da SUDENE dispunha sobre a concessão de empréstimos, favores fiscais, favores cambiais e isenção de tarifas para a implantação de indústrias, consideradas de interesse prioritário ao nordeste.

Visava-se, muito acertadamente ao lado do investimento público, mobilizar a iniciativa privada captando não só a escassa poupança regional, através daquelas tímidas concessões, como também coordenar e orientar a sua aplicação.

Reconheceu o Congresso ao votar ao primeiro Plano Diretor Lei 3.395 que aquelas concessões representavam ainda esforços tímidos e pouco eficazes, porque de repercussão dilatada. Por isto mesmo o Poder Legislativo através de emenda de iniciativa do então Deputado Gileno de Carli in-

(1.000 Cruzeiros Novos)

Ano	Nº de projetos aprovados	Recursos disponíveis	Recursos comprometidos	Liberação de recursos
1962	23	6	—	—
1963	86	7	7,3	0,160
1964	91	38	25,3	6,250
1965	109	172	33,5	17,600
1966	186	250	152,4	63,800

Do total de projetos aprovados 343 referem-se a novas indústrias e os restantes a reequipamentos.

Vale referir que, a preços constantes de 1966, o montante dos investimentos aplicados nesses 343 projetos de novas indústrias corresponde a cerca de 800 bilhões de cruzeiros velhos.

Supondo-se, em estimativa baixa, que em cada cruzeiro investido venha se faturar um cruzeiro e meio — 1,50 — tem-se um faturamento de 1.200 bilhões.

Recurso de Depositantes do 34-18 Proveniente do Nordeste e de outras regiões NCR\$ 1,00.

Ano	Total (1)	Nº depositantes	Nordeste (2)	Outras regiões (3)	% (2/1)
1962	5.995	1.909	1.150	4.845	19,3
1963	7.143	2.951	1.749	5.394	24,5
1964	37.921	4.525	4.130	33.791	10,9
1965	172.423	13.949	16.892	155.531	9,8
Subtotal	—	—	23.921	199.561	10,7
1966	250.000	21.000	—	—	—
Totais	473.482	—	—	—	—

roduziu na referida Lei o artigo 34 provendo a dedução de 50% na declaração de imposto de renda e estabelecendo assim um processo inteligente e racional de captação e mobilização da iniciativa privada nacional para industrialização do nordeste.

No Segundo Plano Diretor, Lei 4.239, de 1963, foi ampliado, através dos artigos 13 e 18, aquele engenho processo de atração e mobilização das empresas em direção ao Nordeste, bem como tornadas extensivos os seus efeitos aos empreendimentos agrícolas.

No Terceiro Plano Diretor foi ampliada a percentagem estabelecida na Lei 4.239 (2º plano) e votados em seguida, através de resolução da SUDENE, critérios autorizando a proporção mínima de 25% de recursos próprios.

Insista-se em acentuar que os primeiros planos diretores visavam a aplicação de recursos substanciais ao setor público para atenuar o esvaziamento da região. Visavam igualmente com o sistema planejado cooperar na tarifa de integração econômica.

Decorrido um quinquênio da execução daqueles princípios e bem assim da aplicação integral dos dois primeiros planos diretores, é oportuno analisar-se o resultado prático obtido.

Até dezembro de 1966 o número de projetos aprovados para novas indústrias e o montante dos recursos aplicados, assim como os recursos comprometidos e os recursos liberados na mesma data são expressos no seguinte quadro:

Cabe ainda nesta oportunidade acompanhar a evolução da receita geral da União, destacando-se a parcela dessa receita que constitui o imposto de renda e bem assim compará-la com as frações anualmente depositadas para aplicação através dos artigos 34-18.

A n o	Receita total da União em bilhões de cruzeiros velhos	Receita do Imposto de Renda em bilhões de cruzeiros velhos
1962	497,8	115,6
1963	930,3	242,9
1964	1.811,2	482,4
1965	3.594,0	1.023,0
1966	6.007,0	1.339,0

A fim de permitir uma análise mais nitida damos no quadro abaixo, a evolução da arrecadação do Imposto de Renda, bem como, o total dos depósitos do 34-18. Calculamos por fim

A n o	Total da arrecadação do imposto de renda	Total depósitos 34/18	%
1962	115,6	5.995	5,2%
1963	242,9	7.143	2,9%
1964	482,4	37.921	7,8%
1965	1.023,0	172.423	16,8%
1966	1.339,0	250.000	18,6%

OBS.: Bilhões de cruzeiros velhos

Através deste quadro, chega-se à evidência que o contribuinte brasileiro está destinando menos de 20% do total do imposto de renda para utilizar-se dos favores dos artigos 34-18.

Tendo em vista que seria facultado o depósito de 50% vê-se que a percentagem não atingiu, nem sequer, a metade da faculdade proporcionada pela legislação. Não há, portanto, a menor consistência, nem o menor fundamento naquelas alegações tendenciosas de que está se verificando um processo de descapitalização noutras regiões em benefício do Nordeste. Cabe todavia nessa oportunidade um reparo de todo procedente, quanto a defasagem verificada até o ano de 1966 entre a apresentação do projeto e sua aprovação e consequente execução. Esse retardamento, essa ausência de dinamização, essa teconocracia burocrática, esse economicismo convencional, despertam, na verdade, incompreensões e reações, de certo modo procedentes, noutras regiões.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. JOÃO CLEOFAS — Com prazer.

O Sr. Ruy Carneiro — Confesso a V. Exa. as minhas profundas apreensões com relação à situação da agricultura e da pecuária na nossa região, quando todos os espíritos se animavam das mais doces esperanças em face dos Artigos 18 e 34 da Sudene. V. Exa. acaba de referir-se precisamente ao ponto nevralgico das nossas apreensões, é que os depositantes do Centro Sul do país não se interessam pela aplicação dos seus depósitos na agricultura e na pecuária e somente nos projetos da indústria, onde a rentabilidade é certa e não estão expostos aos perigos da situação climática

do Nordeste. Sendo assim terá que ser determinada uma medida que modifique esse critério. Estou ouvindo o seu magnífico, oportuno e objetivo discurso com absoluto interesse e acredito que esse aspecto da aplicação dos Artigos 18 e 34 seja modificado, e também seja por V. Exa. abordado com sugestões modificando o critério errado que está sendo adotado. Aliás, o Ilustre Deputado da representação do Paraíba, Humberto Lucena, apresentou um projeto na Câmara Federal que resolve perfeitamente a situação daqueles que, na esperança de conseguir financiamento, mandaram realizar projetos importantes e caros que virão melhorar grandemente o setor agrícola e pecuário do Nordeste, mas, estão às portas do fracasso pelas dificuldades nos financiamentos da SUDENE, pelas razões que de início del neste aparte ao brilhante discurso do Senador João Cleofas. Na Paraíba pelo menos, essa é a situação de muitos agricultores e criadores que aproveitando as condições especiais que lhes ofereceu a SUDENE, organizaram seus projetos, alguns já aprovados por aquele órgão, mas que não conseguiram até hoje financiamento pois não depende da autoridade da SUDENE e sim dos investidores do sul do país.

O SR. JOÃO CLEOFAS — V. Excelência vai ver como irei referir-me a isso, ponto como houve um processo de retardamento, inexplicável, injustificável, na extensão das medidas para proteção à agricultura.

O Sr. Petrólio Portela — Dá-me licença para um aparte?

O SR. JOÃO CLEOFAS — Com muito prazer!

O Sr. Petrólio Portela — O depoimento sério, objetivo e brilhante de V. Exa. ...

O SR. JOÃO CLEOFAS — Muito obrigado!

O Sr. Petrólio Portela — ... é mais uma prova dos seus méritos de homem público. V. Exa., nessa análise, responde muito bem às críticas que se fazem a respeito da suposta benevolência da União para com o Nordeste, provida dos arts. 34 e 18. V. Exa. demonstra que tal favor nada mais é que uma retribuição ou, mais precisamente, uma compensação do que ao Nordeste foi tirado, como de resto de muitas outras zonas ou regiões do País, em favor de uma região apenas, que, graças a Deus, se desenvolveu, mas agora terá de dar oportunidade a que outras também tenham um lugar ao sol, não só através da industrialização, mas do desenvolvimento global. Nobre Senador João Cleofas, V. Exa., por outro lado, faz uma análise criteriosa da atuação da SUDENE. Não demonstra nenhuma paixão; demonstra, sim, absoluto conhecimento de causa; aborda as distorções faladas deformações, mas exalta e bendiz as excelências de uma política que, em verdade, tem trazido bonanças para o Nordeste e, mais do que isto, novas perspectivas ao seu panorama sócio-econômico. Tenho certeza de que, ao longo deste brilhante discurso, V. Exa. frisar também os perigos que haverá, por certo, se a SUDENE não levar em conta as várias regiões em que se distribuiu a economia do Nordeste. Há regiões cada vez mais pobres, enquanto que há outras que se desenvolvem porque têm aquela infraestrutura que a outras faltam. Se o Nordeste não for tratado como um todo, vamos ter dois Nordestes: o Nordeste desenvolvido, industrializado e o Nordeste inteiramente sob o mais negro pauperismo. Temos o caso frustante do Piauí. Até ontem não tínhamos nem meios de concorrer com os demais Estados do Nordeste na captação dos recursos dos arts. 34 e 18, por que nos faltavam a infraestrutura, a energia elétrica, para não falar em outra questão também muito importante, constituída pelas rodovias, ferrovias e pelo porto. Hoje, temos uma situação triste e dolorosa e não há agressividade da SUDENE ao examinar as situações locais, as riquezas para fomentar a industrialização, favorecendo qualquer trabalho técnico de projetos e abrindo os olhos daquelas regiões para uma nova fase, a da industrialização. É preciso que os governos estaduais com as suas disponibilidades frágeis ...

O SR. JOÃO CLEOFAS — Quase inexistentes.

O Sr. Petrólio Portela — ... eles próprios rompem a crosta com o objetivo de arranjar algum meio para preparar os projetos levando-os já inteiramente prontos para a SUDENE, numa verdadeira inversão, quando a SUDENE é que devia, compreendendo as situações locais, ajudar a promover o desenvolvimento, oferecendo os meios indispensáveis aos governos estaduais ou, mais precisamente, aos órgãos técnicos da região. Então, V. Exa., se por um lado exalta a SUDENE naquilo que deve ser louvado e exaltado, por outro lado, entretanto, fala das omissões, das carências, podemos até dizer, de sua falência. E o faz construtivamente, acreditando que essas distorções possam ser eliminadas para que todos possamos, em verdade, ter as oportunidades que se abrem através do desenvolvimento econômico. Sr. Senador, as nossas felicitações. Uma vez mais, V. Exa. aparece como autêntico líder. V. Exa. apresenta um trabalho digno do seu Estado e da meditação de todos os brasileiros.

O Sr. José Guimard — O nobre orador permite um aparte? (Assentimento do orador) — V. Exa. acaba de ouvir judiciosas restrições da Pa-

raíba e do Piauí à política de incentivos fiscais aplicada no Nordeste. Tome V. Exa. em consideração as palavras dos nobres colegas e imagine esta política aplicada muito mais longe, na Amazônia. Fica reduzida tão somente a este aspecto de captação de investimentos e as dificuldades de toda ordem, de rodovias, citadas agora há pouco, para avaliar das duvidosas consequências dessa política de incentivos fiscais.

O SR. JOÃO CLEOFAS — Ainda há pouco tive oportunidade de dizer, que se verifica que o simples incentivo fiscal tem uma repercussão insuficiente, uma frágil repercussão sobre o desenvolvimento. Mas não são apenas os incentivos fiscais. O que aconteceu entretanto, vale insistir, foi que processada a captação de recursos da poupança privada de todo o Brasil, mediante aquele dispositivo engenhoso, salutar, nacional e — para que não diga-lo? — de justiça, de retribuição, ao tratamento discriminatório que sofremos tanto tempo, quando tanto tempo fomos transformados em zonas colonial das regiões industrializadas do nosso País; feita a captação desses recursos demorou a se processar a aprovação e liberação dos mesmos para respectiva aplicação. Essa retenção mais prolongada gerou, na verdade, impaciência, incompreensão e reações. Houve o movimento generalizado, por parte de empresas econômicas do Sul, para que aquele capital, então depositado no Banco do Nordeste, como hoje fosse liberado para ser aplicado em capital de giro, sempre tão escasso, em nosso País, nas empresas industriais do Sul.

Era o velho egoísmo que queria voltar a prevalecer. E até — por que não dizer? — houve uma certa receptividade do poder público no estímulo à manifestação daquele egoísmo. Tanto assim que pensou o Governo em utilizá-lo até para pagamento do aumento do funcionalismo público, como pensou em utilizá-lo também depois, reduzindo a sua percentagem de 50 para 30%, a fim de destinar essa margem de 20% para a aplicação em aquisição de ações de empresas industriais em qualquer parte do território nacional.

Vale dizer, então, Sr. Presidente, que aquele empresário que tivesse liberado aqueles 20%, iria ele próprio aplicá-los na sua própria empresa, em geral, fora do Nordeste.

O Sr. Teotônio Vilela — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOÃO CLEOFAS — Com muito prazer e honra.

O Sr. Teotônio Vilela — Eu diria mais a V. Exa. Chegou-se até a pensar em processar o deslocamento das populações nordestinas para outras regiões do País. Inclusive isto foi dito numa conferência por ilustre homem público, responsável também por um setor enorme que é o do planejamento no Governo passado. A imaginação, eu diria aqui, a peregrina imaginação do ex-Ministro do Planejamento chegava ao ponto de raciocinar em termos de nulidade com relação à produtividade no Nordeste. Quero, apenas, citar o meu Estado que evoluiu de um milhão de sacas de açúcar para sete milhões, graças à capacidade empresarial de sua gente.

O SR. JOÃO CLEOFAS — A energia e a tenacidade do alagoano.

O Sr. Teotônio Vilela — ... que chegou ao ponto de atingir, em rendimento industrial, ao mesmo nível que São Paulo está atingindo e que está progredindo na área agrícola, com o mesmo desejo de atingir a paridade. Lembro o caso, que ontem foi citado — e em discurso já o frisei aqui no Senado — do problema da pecuária leiteira, em todo o País. Acabou de fazer uma série de artigos o grande especialista neste setor, José

Perez, chegando ao ponto de afirmar que não entende como este País adquire do exterior leite em pó, possuindo o Nordeste uma bacia leiteira como a que possuíamos em Alagoas. Cito o caso do côco dentro do meu Estado, com duas indústrias hoje procurando utilizar tudo aquilo que o côco produz. Cito, ainda, para o Senado e para a Nação, o caso da concentração fumageira de Arapiraca, que também foi objeto do meu discurso, hoje tendo base de toda a industrialização na Bahia e no exterior. Então, pergunto. Como é que se pode colocar, hoje, em virtude desses pequeninos estímulos, o Nordeste como beneficiária, partindo da falsa premissa da inexistência de produtividade, em termos econômicos? Então era aquilo que também já denunciei, mais de uma vez, em artigo assinado: trabalho, uma marcha que não entendi bem, para um neo-subdesenvolvimento do Nordeste. Há, de qualquer forma, má-fé oculta no meio de tudo isso. Temos provado e continuamos provando, malgrado as distorções apresentadas por V. Exa., malgrado o mau funcionamento dos órgãos federais dentro da nossa região. Porque não vamos nos fixar só na SUDENE. Vamos ao Ministério da Agricultura, que não existe, com toda a sua série de departamentos distribuídos por todo o interior do Estado, mas onde não há nada a se distribuir. Então, Senador João Cleofas, com este último argumento, que é o resultado dos artigos 34 e 18 V. Exa. demonstra ao Senado e à Nação que não há nada de estímulo em relação aquilo que já demos ao Sul. Citei — e me permito alongar-me um pouco — no discurso que aqui proferi, aquilo que nunca ninguém quis contabilizar no país: o investimento que fazemos no homem que mandamos para o Sul. Sabe-se, e é corriqueiro, que o homem até os 20 anos de idade consome apenas o dinheiro da região; que dos 20 aos 40 ele se paga e dos 40 em diante é que vai dar rentabilidade à região. Esses recursos todos investidos nos músculos, na inteligência, na capacidade de trabalho do nordestino, foram para onde? Foram para o Sul, que passa a participar desses investimentos. Dessa poupança, que durante anos e anos conseguimos acumular no homem. Os benefícios concedidos às companhias de navegação, de aviação — todas elas foram estendidas pelos cofres federais — quem mais lucrava com esses benefícios? A implantação da própria indústria toda no Centro-Sul, a quem mais beneficiou? Sabe V. Exa. que antigamente nós recebíamos chapas de ferro, importadas do exterior, pelo mesmo preço corrente nos portos de Macaé, Santos, Recife e em qualquer porto do país. Hoje, todos nós que lutamos por Volta Redonda pagamos o duplo do preço dessa chapa, em virtude do transporte. Só temos transporte rodoviário.

O SR. JOÃO CLEOFAS — E Volta Redonda quer aumentar seus preços agora!

O Sr. Teotônio Vilela — Pois nós que trabalhamos por Volta Redonda temos, hoje, esta disparidade imensa. Aquêles que estão próximos a Volta Redonda recebem a chapa de ferro por um X e nós, por dois X. E assim por diante. Se tivéssemos que analisar, na verdade, esse ligeiro retorno de estímulos para o Nordeste, ainda ficaríamos com a nossa balança muito alta para receber mais.

O SR. JOÃO CLEOFAS — Muito obrigado pela intervenção oportuna e esclarecida de V. Exa.

Referiu-se V. Exa. à bacia leiteira de Alagoas e deportou-se ao artigo escrito por um grande pecuarista, estudioso dos problemas da pecuária brasileira, o Sr. José Rezende Perez. Mas quero dizer ao Senado — e o faço com legítimo orgulho — que os técnicos da FAO após visitar a bacia

leiteira de Alagoas — está assinalado no último relatório, se não me engano o referente a 1965, em que é feita uma lúcida apreciação sumária do problema mundial de alimentação — referir-se à carência alimentar do Nordeste, assinalaram que não encontraram no mundo, nenhuma região mais propícia para o desenvolvimento da pecuária leiteira do que a bacia pecuária do Estado de Alagoas.

Talvez V. Exa., por modestia, não quisesse citar esse fato, mas quero incluí-lo na cooperação com que Vossa Excelência me honrou.

Aludiu V. Exa., também, ao progresso das outras regiões brasileiras. Está ali, o Sr. Senador Cattete Pinheiro, do Pará. Sua Excelência sabe do quanto contribuiu o nordestino para aquela riqueza que se constituiu na Amazônia — que, infelizmente, está hoje periclitante — com o suprimento do braço humano que o Nordeste para lá desviara.

O Sr. Cattete Pinheiro — Contribuição verdadeiramente decisiva, se V. Exa. me permite.

O SR. JOÃO CLEOFAS — Com muita honra.

O Sr. José Guimarães — Contribuição de braço e de sangue, sobre Senador João Cleofas, porque assim foi obtido o Acre.

O SR. JOÃO CLEOFAS — Muito honrado com a sua colaboração.

Está aqui o representante de Mato Grosso, o nobre Senador Fernando Corrêa, Governador daquele Estado duas vezes, e, a propósito, recordo-me de que, em uma oportunidade, eu falava com Sua Excelência sobre um amigo, nordestino, que emigrara para Mato Grosso. Ele dizia-me como esse homem é elemento propulsor de riqueza na terra mato-grossense.

No Paraná, Sr. Presidente, foi extraordinário o progresso que se processou através do caldeamento do nordestino com o excedente populacional oriundo da Região Missioneira do Rio Grande do Sul. Naquela zona, hoje, também extremamente pulverizada, como pulverizada é a região do Agreste e dos Brejos no nosso Nordeste, se encontrou o homem que vinha do Sul com o nordestino. O nordestino, de certo menos inteligente, fazia a tarefa bratal de derrubar a mata. O filho do colono, do emigrante do Sul, aproveitava a mata derrubada, para fazer o plantio da alimentação. Foi a fusão. Foi o encontro do nordestino com aquele contingente do Sul que criou realmente a extraordinária riqueza do Paraná.

Mas quero ser mais claro. Se não fosse o nordestino, para debastar a mata, o homem do Sul talvez nunca tivesse seu emprego nesse trabalho preparatório, nesse trabalho braçal ingrato e desumano.

Quero ouvir agora, com honra e prazer, o aparte de meu eminente amigo e colega, Senador Leandro Maciel.

O Sr. Leandro Maciel — Estou ouvindo com toda atenção o brilhante e momentoso discurso de V. Exa. sobre a SUDENE.

O SR. JOÃO CLEOFAS — Obrigado.

O Sr. Leandro Maciel — Nobre Senador, o receio que tenho, nesta altura, é de que a SUDENE, criada para atender aos Estados, todos pobres, do Nordeste, consiga, no final, desses pobres alguns ricos, e outros continuarem da mesma maneira pobres. É injustiça o que se vem fazendo até hoje, nos investimentos que a SUDENE proporciona, através dos quais são beneficiárias determinadas áreas enquanto ficam esquecidos os problemas mais reclamados por outros Estados. Foi assim que se criou a SUDENE. Quando ela apareceu, orientada pelo Sr. Celso Furtado, o primeiro plano-diretor era quase que voltado, exclusivamente, para regiões

do Maranhão e da Bahia, ficando esquecido o resto do Nordeste. Surgiram protestos. O plano foi substituído, antes de ser submetido à aprovação da Câmara. Já estava aqui, distribuído à Comissão competente com parecer preparado, quando os nordestinos protestaram. E veio a substituição do Primeiro Plano pelo Segundo. Pensava-se, então, em não fazer investimento em determinadas áreas do Nordeste, porque era aconselhável fazê-lo só com fim produtivo imediato. Dizia-se: para que investir em Sergipe e no Piauí, por exemplo? Chegamos ao ponto de assistir sob falso fundamento, ao desejo de se acabar com a indústria açucareira no Nordeste. Dou meu testemunho, como presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, que era então. Ali dizia-se que não era possível o Nordeste competir com o Sul, com São Paulo. Realmente, não tinha condições. O conselho mais prudente era no sentido de se acabar com a indústria tradicional açucareira do Nordeste. Tratava-se de falsa interpretação. A SUDENE estava mal orientada, não suficientemente esclarecida sobre o problema. Assim verificou-se tão falsa tese da SUDENE que, hoje, aparece Alagoas, Estado do Nordeste, com indústrias açucareiras florescentes e, talvez, a mais florescente do País. O que faltava era assistência cuidadosa, a assistência técnica que sempre o Nordeste reclamou. Parece que havia um desafio ao Nordeste sofrido. Só se fazia planejar. Do teorismo catedrático não se chegava à prática. Só se fazia planejar, como que com o propósito de levar aquela gente ao desespero. Agora, os caminhos são outros. A SUDENE deixou o lirismo de então e está realizando grande obra no Nordeste. Mas é preciso que nos unamos todos, do Nordeste, para que o tratamento dispensado a todas as áreas seja igual. Que todos os problemas do Nordeste sejam encaminhados pela SUDENE, sem discriminação. É preciso que não se esqueçamos, como até hoje se tem esquecido, o salgema e o potássio de Sergipe. Sergipe não tem peso eleitoral e, portanto, na hora da eleição, por ele não se interessam. Ser contingente eleitoral é insignificante e, assim, depois da eleição, não desperta interesse porque sua Bancada é insignificante. Vamos aplaudir a SUDENE, vamos todos, somados com V. Exa. dizer à SUDENE do nosso entusiasmo por sua obra. Mas estamos todos unidos para que dentro do Nordeste, que foi sempre pobre, não apareçam pelas mãos da SUDENE, Estados ricos enquanto outros se conservam pobres.

O SR. JOÃO CLEOFAS — Fico extremamente sensibilizado com o pronunciamento do meu amigo, Senador Leandro Maciel, que falou com a emoção e a autoridade de profundo conhecedor dos problemas da região e, sobretudo, das distorções ali verificadas.

Sr. Presidente, continuarei abusando da paciência dos meus nobres colegas com as considerações que venho formulando.

Realmente ninguém poderá justificar a excessiva delongas que existia até quase início de 1966, na liberação dos projetos.

Em consequência desse retardamento argumentava-se, então, uma vez que a SUDENE não conseguia observar aquelas disponibilidades, fossem elas, por isto mesmo, liberadas e transferidas para áreas do País, e setores necessitados de financiamento. Alegava-se, igualmente, que a aplicação daqueles recursos supostamente imobilizados determinaria a expansão de outras riquezas e portanto, maior imposto de renda e maior afluxo de recursos para o Tesouro Nacional.

Mas esse argumento, invocado, em face da defasagem verificada, não poderia prevalecer tendo-se em vista,

que os recursos depositados no Banco do Nordeste estavam também, necessariamente e logicamente, servindo à região tão carente de financiamento tanto assim que em face dos clamores reiterados foi autorizada pelo Decreto nº 59.001, de 5 de agosto de 1955, a mobilização daqueles depósitos para inversão em capital de giro das empresas.

Pela resolução nº 2.408 de 20 de setembro de 1956 a Superintendência da Sudene regulamentou a sua aplicação.

Entretanto as dificuldades de aplicação das normas estabelecidas por aquele decreto são praticamente insuperáveis constituindo-se de certo numa nova espécie de distorção no processo econômico financeiro idealizado.

Realmente, apesar de autorizado a aplicação de recursos nessa modalidade a 96 empresas no montante de 36 milhões de cruzeiros novos apenas foram liberados até abril último 2,3 milhões de cruzeiros novos.

Essas dificuldades intransponíveis provocaram um novo decreto o de número 60.462-A de treze de março de 1967 que procura facultar a disciplina do incentivo para constituição reforço e composição do capital de trabalho das atuais empresas industriais e agrícolas nordestinas.

O Decreto nº 59.001 também facultava a liberação dos depósitos para subscrição do aumento de capital das empresas, beneficiadas desde que haja a concordância e participação de um número mínimo de, pessoas jurídicas depositantes.

O Decreto nº 60.462 eliminou aquela exigência e ao mesmo tempo permitiu no seu artigo 3º que as empresas que obtiveram recursos em projetos globais de investimentos, sob a forma de empréstimos, pudessem transformá-los em capital social.

Foi baixado igualmente o decreto 58.666 de 11 de junho de 1966 pelo qual ficou facultado o desconto pela pessoa jurídica de até 75% do imposto de renda, desde que fossem investidos na aquisição de obrigações emitidas pela SUDENE para o FIDEME.

Seria enfadonho nesta altura analisar minuciosamente o mecanismo para aplicação prática daqueles três dispositivos legais que se destinaram a facilitar a liberação dos depósitos bancários existentes.

Evidenciam-se neles os elevados propósitos da SUDENE através da grande preocupação do antigo Superintendente Rubens Costa, em cuja gestão foram adotadas aquelas iniciativas, para acelerar o acesso ao capital depositado.

Aquela preocupação foi manifestada inequivocamente por meio das providências que adotou e que não só aceleraram substancialmente a aprovação de projetos como permitiu em consequência a liberação de recursos a partir da sua investitura na Superintendência no início de 1966.

É de justiça acentuar igualmente que idêntica orientação de desimpedimento quanto à aplicação do artigo 34-18 vem sendo inflexivelmente adotada pelo atual Superintendente, General Euler Bentes imediatamente depois de sua posse em abril último.

Ambos os Superintendentes, o antecessor e o atual tiveram, desde o primeiro instante das suas investturas, a exata consciência de que com a facilidade da liberação se estará promovendo o fortalecimento dos setores secundários, absorvendo a número maior de obra ociosa da região.

Sr. Presidente, É oportuno por isto analisar a situação do mercado de trabalho do Nordeste a qual pode ser resumida na estimativa de que em 1960 existiam 731.200 mil pessoas empregadas. Isto é, sem produtividade real, percebendo quantias muito inferiores ao salário mínimo. Para melhor perspectiva, damos abaixo o qua-

dro da evolução do subemprego no Nordeste, segundo levantamentos aprovados pela própria SUDENE:

1930	701.200
1962	814.800
1963	876.800
1964	942.000
1965	1.013.000
1966	1.087.000

Sendo esse o quadro que se apresentou na formulação da política de industrialização da SUDENE, são válidas as indagações sobre qual o ritmo de desenvolvimento do parque manufatureiro que seria necessário para atender a essa mão-de-obra excedente?

D.mencionando devidamente o problema, mencionaremos que em 1956, o parque industrial nordestino possuía cerca de 180.000 trabalhadores e pelo exame do quadro que damos abaixo verificaremos que a evolução não foi satisfatória, e atendidas as exigências do mercado de trabalho:

1957	161.277
1958	162.735
1962	188.269
1963	167.395
1964	178.444

No ano de 1962, a indústria nordestina resumia-se aos setores de alimentos, têxtil, químicos, farmacêuticos de vidro, metais cimento e cerâmica segundo a seguinte participação proporcional:

Produtos alimentícios	31%
Têxtil	30%
Química álcool, farmacêutica	18%
Cimento, cerâmica e vidro	4%
Metais	3%
Restante	14%

Com o evento da SUDENE e o funcionamento do seu Departamento de industrialização, constatou-se uma declarada tendência à diversificação. Entre janeiro de 1960 e dezembro de 1966, dos investimentos aprovados, 66% destinavam-se ao setor de bens de capital e intermediários (metalurgia 40%, química 23%, material elétrico e comunicações 2%, mecânica 1% e 34% para o de bens de consumo elétrico e comunicações e mecânica (cimento 4%, têxtil 12%, produtos alimentares apenas 6% e diversos 12%).

Dentro dessa realidade, vê-se que todos os dados levam a concluir que a SUDENE, apesar de notável esforço desenvolvido, está bem longe de, com a estrutura e os recursos atuais, dar o devido equacionamento ao desenvolvimento do Nordeste por meio da industrialização, resolvendo simultaneamente o nevrálgico problema social, humano e econômico do subemprego na região que é presentemente dimensionado em mais de um milhão de pessoas.

O próprio então Ministro João Gonçalves reconhecia o fato em 1965, quando, depois de lembrar que a população urbana no Nordeste, entre 1940 e 1960, cresceu de 127%, acrescentava que "o número de empregos industriais a curto prazo não será suficiente para contrabalançar os excedentes de mão-de-obra".

E' bem verdade que até 1966 estamos praticamente na fase de projetos em implantação, os quais, portanto, não começaram a fornecer à região o fluxo de renda e, sobretudo, o fluxo de empregos que devem gerar.

De todo modo vê-se também como estamos distanciados da meta final desejável, que seria a de chegar-se a um desenvolvimento auto-sustentado, o que vale dizer independentemente de qualquer estímulo especial, para atender à justiça social, para incorporar as massas humanas ao efetivo desenvolvimento regional.

Resta aguardar porém que as novas indústrias em fase adiantada de implantação comecem efetivamente a funcionar para, então, constatar-se maior absorção da mão de obra disponível, incorporando-se maiores contingentes humanos ao processo produtivo.

Resta, igualmente, concentrarem-se maiores atenções na agricultura e nas pequenas e médias indústrias, que são do maior interesse social. Lo contrário, poderemos alimentar indústrias não capacitadas a viverem sem auxílios oficiais ou, então, criaremos empreendimentos isolados do meio social, que se constituam como que ilhas de alto teor capitalista, de alta técnica e de mão de obra especializada, vivendo em torno de uma economia pobre e primitiva, ou seja, em torno da massa crescente de desempregados e famintos.

Uma tendência para essa situação verifica-se com as concentrações no Recife e na Bahia. Já se observam assim desequilíbrios regionais dentro da própria área da SUDENE. Os maiores centros urbanos estão absorvendo como bombas de sucção os recursos disponíveis, continuando o empobrecimento mais intenso nas demais áreas. Essa situação não tem ficado despercebida e, ao contrário, tem suscitado a atenção louvável e a legítima preocupação até dos padres e dos bispos católicos, que, ainda agora mesmo, aprovaram a divulgação de um documento intitulado "Nordeste deve estar presente na consciência de nossos homens públicos".

Há, naquele documento, uma nítida expressão de ressentimento. Mas, na verdade, ele é sobre modo oportuno uma vez que deveria ser fixado como critério de absoluta prioridade, que o investimento fosse capaz de produzir, antes de mais nada, efeito amplo e direto sobre a pobreza da população existente.

Assim deveria ser primordial a concessão de maior incentivo proporcionalmente ao número de novos empregos criados.

Devo repetir, mais uma vez, que será necessária uma política bem mais agressiva nesse setor da industrialização, no sentido de promover-se e intensificar-se, sob todos os aspectos, a instalação de pequenas e médias indústrias, consideradas oficialmente pela SUDENE de interesse prioritário para a região. São elas, na verdade, as que oferecem mas amplo objetivo pela maior absorção da mão-de-obra.

Ao relatarmos, no ano passado, na Câmara, o orçamento da SUDENE tivemos oportunidade de propor que a própria entidade financiasse os projetos tanto agrícolas como industriais daquele porte.

Sr. Presidente, em verdade poder-se-ia dizer que se realiza no Nordeste alguma coisa que merece denominar-se uma revolução de desenvolvimento econômico regional. Pode-se mesmo dizer que é a mais bela e mais eficaz revolução econômica realizada no País.

As falhas em alguns setores, poderão, todavia, comprometer seriamente o seu êxito. Poderão comprometer-lo, até, de modo irremediável.

Antes porém de acentuar essas falhas, devemos retificar conceitos ou preconceitos descabidos e falsos. Há, por exemplo, uma suposição tendenciosa e generalizada de que o Nordeste constituiu-se uma espécie de oásis, de região isolada para onde são canalizados privilégios econômicos de todo o Brasil. Busca-se assim generalizar a idéia de que os demais Estados do Centro-Sul estão sendo sacrificados para que a União possa manter uma situação de privilégio regional.

Nunca e nunca isto se tem verificado; não existe o menor efeito negativo da política de desenvolvimento do Nordeste sobre a expansão global da economia brasileira. Ninguém, de boa fé neste País, pode recetar que recursos até agora aplicados no Nordeste, possam acarretar prejuízo para o desenvolvimento do Centro-Sul. O Centro-Sul continua tendo uma participação significativa e percentualmente bem mais elevada no Setor de Investimento Público do Orçamento Geral da União.

Aquêle suposto receio, portanto, não assenta na realidade. A realidade que se está verificando é positivamente o

contrário. Basta considerar que o plano de desenvolvimento do Nordeste assentava numa política de aumento crescente da inversão do setor público na região. Verificaremos entretanto que a inversão do setor público no Nordeste, comparativamente com a renda total da União, está se proces-

sando em ordem decrescente. Assinale-se ainda como agravante a não aplicação dos recursos autorizados através de aberturas de créditos e dos orçamentos votados.

Os elementos abaixo relacionados são por demais elucidativos e conclusivos.

RECURSOS DA UNIAO

I PLANO DIRETOR — LEI Nº 3.995, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1961

ANOS: 1961-62	Lei	Discriminação
Votado 2.653.400.000,00		Orçamento da União Lei nº 3.834 de 10 de dezembro de 1962 2.653.400.000,00
Créditos especiais Valor bilhões 9.912.700	Art. 38, Lei nº 3.995	Execução 1ª etapa I Plano Diretor
Valor milhões 500.000.000,00	§ 8º Lei 3.995	Despesas com pagamentos subsídios à indústria
Créditos especiais Valor bilhões 1.000.000.000,00	Art. 25, Lei 3.692	Financiamento de obras
Valor milhões 50.000.000,00	Art. 23, Lei 3.692	Execução dos arts. 14 e 15, Lei nº 3.692 — trabalhos Secretaria Executiva e despesas pessoais
Valor bilhões 9.956.000.000,00	2% renda tributária da União — Lei 3.692	Execução dos programas gerais
	50% do valor dos ágios arrecadados nas divisas de exportação art. 26, Lei 3.692, de 15 de dezembro de 1959..	Execução dos programas gerais
Valor milhões 530.680.000,00	20% da dotação global da SUDENE — art. 32, Lei 3.995 de 14 de dezembro de 1961	Desenvolvimento da agricultura e pecuária. Obras de infra-estrutura.

Muitos desses créditos não foram aplicados em parte e até mesmo na sua totalidade, nem tampouco aplicados os 50% do valor dos ágios arrecadados, nem ainda menos, reservados os 2% da renda tributária da União para aplicação pela SUDENE. Faça-se, ainda, uma comparação entre as dotações votadas nos planos diretores e aquelas incluídas nos orçamentos e o contraste é evidentemente chocante.

II PLANO DIRETOR

Ano	Votado	Dotação constante do orçamento da União	Recebido	Contenção
1963	64.490	64.490	62.419	2.071
1964	68.428	68.428	49.073	19.355
1965	75.175	74.300	73.000	2.175

III PLANO DIRETOR

Ano	Votado	Orçamento União	Contenção	Disponibilidade líquida
1966	144.460	144.460	29	116
1967	248.255	155.500	32,5	122,5 (-50%)
1968	348.480	—	—	—
Total	741.195	—	—	—

Receita — União	Dotação SUDENE	Efetivamente paga
1963 — 930,3	64.400	62.419
1964 — 1.811,2	68.428	49.073
1965 — 3.594	75.175	53.300
1966 — 6.007	144.460	116.000
1967 — 6.684 (prevista)	155.500	—

Os números acima são melancolicamente elucidativos.

Nos dois exercícios 1966 e 1967 do triênio relativo ao III Plano Diretor o total da disponibilidade autorizada pelo Poder Executivo situa-se em nível inferior ao montante votado para o exercício vigente.

Compare-se a receita geral da União com a respectiva percentagem destinada a aplicação pela SUDENE e o co-efeito é igualdade desanimadora. A percentagem aplicada diminui, ano a ano, de forma invariável.

Por fim a região foi golpeada com a supressão, na nova Carta Constitucional, dos dispositivos constantes do artigo 198 da Carta de 1946 destinado ao DNOCS e à antiga Comissão do Vale do São Francisco — artigo 10 da Lei nº 3.692.

Pretendeu-se ainda, através do decreto nº 175, reduzir de 50% para 30% os recursos provenientes dos artigos 34 e 18, como se pretendia também utilizar os mesmos depósitos para ocorrer ao pagamento do último acréscimo de vencimentos do funcionalismo. Ainda mais, foi estendido o mecanismo dos artigos 34 e 18 para incentivos florestais, para turismo, para a SUDAM, o que equivale a dizer, está se processando uma inequívoca pulverização com a extensão do mecanismo dos artigos 34 e 18 a diversos outros organismos, para o estímulo de atividades heterogêneas e totalmente desvinculadas dos interesses do Nordeste. Há portanto um fenômeno de dispersão e descentração dos recursos que seriam destinados à região, fragmentando a orientação básica e distanciando, ainda mais, a realização do objetivo de um desenvolvimento integrado.

Assim é que pelo Decreto nº 60.295 de 3 de março de 1967 que aprovou o Plano Diretor de Desenvolvimento da Amazônia a ser realizado pelo SUDAM, para o quinquênio 1967-1971, pelo artigo 3º, item I, estende a adoção de intensiva política de estímulo fiscais, creditícios e outros já adotados para o Nordeste.

De igual forma, o Decreto número 60.224 de 16 de fevereiro de 1967, que regulamenta o Decreto-lei nº 55 de 18 de novembro de 1966 e que institui a Política e o Sistema Nacional de Turismo, no Capítulo V — Dos Incentivos Fiscais — artigo 3º, dispõe que as pessoas jurídicas poderão pleitear o desconto de até 50% do imposto de

renda e adicionais não restituíveis que devam pagar, para investimentos na construção, ampliação ou reforma de hotéis e em obras e serviços específicos de finalidade turística.

Também a Lei nº 5.106, de 2 de setembro de 1966, que dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais, declara em seu artigo 1º, parágrafo 3º, que as pessoas jurídicas poderão descontar do imposto de renda que devam pagar, até 50% do valor do imposto, as importâncias comprovadamente aplicadas em florestamento e reflorestamento.

Tudo isso demonstra que tantas vezes não tem prosseguido ou, muito menos, predominado no setor governamental uma invariável e vigorosa tomada de consciência do problema do Nordeste.

Por isto mesmo, tendo em vista as distorções acima referidas, é fora de dúvida que as disponibilidades captadas no setor privado para aplicação no Nordeste estão sendo na prática através dos textos legais, drasticamente reduzidas.

Considere-se finalmente que pela Lei nº 2.973 de novembro de 1956 que reformulou o BNDE ficou determinado no seu art. 34 a aplicação de 25% dos recursos daquele Banco em empreendimentos localizados ou que venham a se localizar nas regiões Centro-Oeste, Norte, Nordeste — “destinados a elevar o nível de renda per capita ou melhorar as condições econômicas das regiões acima mencionadas”. Textual.

Jamais tivemos notícia de que aquele salutar dispositivo fosse aplicado no NORDESTE.

Importa esclarecer ainda que além da redação dos recursos legais e orçamentários, não chegou a ser posta em plena execução o FIDENE — Fundo de Investimento para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste entidade de financiamento criada em 1963, pelo II Plano Diretor — Lei nº 4.239, que autorizava a participação societária da SUDENE em empresas industriais no País — artigos 3 a 9 da referida Lei.

SR. PRESIDENTE: Procuremos ainda ser mais claros, chamando a atenção do Senado para um outro aspecto fundamental.

Até 31 de dezembro de 1966, a situação quanto ao compromisso de

aplicação dos recursos depositados exprime-se da seguinte forma:

	NCR\$
Projetos industriais aprovados	335,6
Projetos agrícolas aprovados	26,7
Projetos capital giro	38,0
Projetos industriais em análise	198,0
Projetos agrícolas em análise	10,1
Atualização financeira	191,0
Total	779,4
Montante dos depósitos no BNB	471,0

Devo acrescentar ainda que nota recentíssima publicada há três dias, no dia 4 do corrente, nos jornais do Recife, informa que de 1 de janeiro a 30 de maio foram analisados e aprovados pela SUDENE 113 projetos totalizando investimentos novos no montante de NCR\$ 400 milhões, dos quais NCR\$ 150 milhões a serem preenchidos pelos recursos dos artigos 34 e 18.

O quadro acima complementado com esta última informação encerra cifras por demais significativas que merecem uma detida meditação, para que se possa adotar medidas de previsão.

Até meados de 1966 houve um descompasso, uma nítida defasagem entre os depósitos no Banco do Nordeste originários dos artigos 34 e 18 e a sua aplicação.

Aquela diferença que despertou tantos reparos e até tanta cóbica, não ficara esterilizada mas foi aplicada reprodutivamente em empréstimos e financiamentos. Na proporção porém em que foi aumentando o número de aprovação de projetos e, portanto, a velocidade de aplicação, como aconteceu na gestão Rubens Costa e está acontecendo louvavelmente na gestão Euler Bentes, o Banco do Nordeste, poderá deparar-se ou irá, sem dúvida, deparar-se com sérias dificuldades. Serão elas, sem dúvida, resultantes da eventualidade de ser o montante de depósitos inferior ao ritmo de liberações através dos artigos 34-18. Acresce ainda, vale repetir, para sobremodo agravar essa muito provável ou quase absoluta certa eventualidade, a pulverização ou a dispersão de aplicação de recursos nos investimentos hoteleiros, florestais ou na SUDAM.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JOÃO CLEOFAS — Com muito prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Farei o possível para ser resumido.

O SR. JOÃO CLEOFAS — É sempre uma honra, V. Exa. completa apenas com mais lucidez, o que eu deveria dizer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — V. Exa. está agindo com brilhantismo excepcional na exposição que vem fazendo, exposição notável que está atraindo a atenção de todos nós. Mas, infelizmente, este debate parece que não se pode alongar, em virtude do tempo de V. Exa. dispõe que, me parece, está a se esgotar. De modo que pode parecer até imprudência um aparte a esta altura, mas V. Exa. toca em assunto que me deixa tranquilo — diz que as direções últimas da SUDENE estão falicitando os planos de investimento no setor industrial da região nordestina e eu acredito que, sendo a sede da SUDENE no seu Estado tenha V. Exa. conhecimento das razões verdadeiras por que não se aplicavam os capitais acumulados de várias frentes da SUDENE; sabe qual a verdadeira razão dessas dificuldades, a não aprovação desses planos, porque muitas vezes um plano chegava às portas da SUDENE, redigido ou elaborado por um técnico da maior capacidade e a SUDENE prendia o projeto e só o soltava — V. Exa. sabe depois de quanto tempo. — A verdade, V. Exa. bem a conhece e o Senado e a Nação precisam conhecer que esses projetos que passavam pela SUDENE com mais facilidade eram

elaborados por um escritório organizado à margem da SUDENE e com a colaboração de elementos da própria SUDENE e com a colaboração de elementos da própria SUDENE. Não faço injustiça ao iniciador, ao chefe inicial da SUDENE, ao seu diretor a quem admiro, de quem sou conterrâneo, sou amiguíssimo do seu genitor. O Sr. Celso Furtado é, na verdade, uma das maiores culturas que honram o patrimônio intelectual deste País. Nunca lhe neguei essa qualidade; o que tenho ressaltado e sempre ressaltarei na fase em que se discutia o problema, foi precisamente a sua falta de vivência na região nordestina. Celso Furtado saiu da Paraíba ainda criança e, embora técnico de valor, não teve, consequentemente, vivência no tocante aos problemas da região. Daí por que a despreocupação por inteiro com a parte agrícola, cuidando quase que só e só do parque industrial da região. Mas folgo em ouvir de V. Exa. a declaração de que os novos diretores estão facilitando a elaboração de planos e o levantamento dos capitais para investimentos, porque, anteriormente, V. Exa. sabe, nenhum projeto era aprovado se não passasse por um escritório amparado pela própria SUDENE — recebendo de cada projeto, de cada investimento que fazia, ao que me consta, 5% do orçamento total. O projeto que não viesse por ali, o seu caminho não era o certo. Daí, os grandes capitais acumulados a que V. Exa. se referiu. Então, ao final do discurso de V. Exa. — estou verificando que V. Exa. vai concluir sua brilhante oração — queria fazer um apelo no sentido de que, mesmo não construindo barragens na região nordestina para acumulação de águas, pelo menos a SUDENE se preocupasse em utilizar as águas já acumuladas, os bilhões de metros cúbicos d'água acumulados no Nordeste com o objetivo de irrigação das terras até hoje não utilizados por esse órgão exatamente destinado a essa finalidade. Orós, V. Exa. sabe, tem 43 bilhões de metros cúbicos d'água destinados a irrigar o vale do Jaguaribe, que tem possibilidade, com a irrigação, de ser o celeiro dos Estados do Nordeste e dos Estados mais sujeitos a esse fenômeno climático. As obras estão feitas e, ao menos nessa parte, que os diretores da SUDENE examinem o problema, bem como o atual Governo e utilizem, em benefício das populações pobres, o que está realizado. Desgraçadamente, ainda há poucos dias, tive conhecimento de que, ao invés de se distribuir essa riqueza com os que sofrem na região do Nordeste, já estão negociando o vale do Jaguaribe, cobinado por companhia estrangeiras para fins de irrigação. Quer dizer, o Governo controla obras dessa natureza, com sacrifício e co- operação dos nordestinos e de toda a Nação, e agora os estrangeiros, encontrando o prato-feito, querem utilizar o vale para mais tarde vender-nos seus produtos pelo preço que bem entenderem. Faço um apelo, no discurso de V. Exa., ao Governo e aos diretores da SUDENE, no sentido de que ao menos se preocupem com a utilização das águas já acumuladas na região infelicitada a que pertencemos.

O SR. JOÃO CLEOFAS — Nobre Senador Argemiro de Figueiredo, acredito que aqui estou, na verdade, trazendo idéias descoloridas...

O Sr. Ruy Carneiro — Não apoiado!

O SR. JOÃO CLEOFAS — ...mas anunciando princípios práticos que não são somente meus, são de todas as consciências dos representantes do Nordeste nesta Casa. Peço permissão a V. Exa., Sr. Presidente, embora sabendo que a hora vai avançada, por uma ligeira observação lateral aos reparos e ao apelo do nobre Senador Argemiro de Figueiredo. Na verdade, quero ressaltar, mais uma vez, minha admiração pelo grande trabalho da SUDENE. Mas, realmente, ainda existe um desconchavo, um

desengrenamento, um desentrosamento entre o objetivo fundamental da SUDENE — que é o de coordenar e de supervisionar o planejamento passando a execução para os órgãos que operam na região.

Falei há pouco que, nos seus 23 anos de existência, o Instituto de Açúcar não chegou a preencher a finalidade para que fora criado.

Na verdade, podemos dizer isso com mais propriedade em relação ao DNOCS. Hoje, quando se fala tanto em reforma administrativa, creio que ela, afinal, será executada, na gestão de um planejador prático, como é o Sr. Hélio Beltrão — considero que a SUDENE foi criada para ser também como que um DNOCS ampliado. Mas, na realidade, continua havendo entre os dois órgãos muita coisa de paralelismo, de duplicidade de serviços, ambos possuindo, por exemplo, departamentos agropecuários, de recursos humanos, de planejamento, de industrialização. Essa mesma dispersão existe também na antiga "Comissão do Vale do São Francisco" que no fim de vinte anos de existência, pode-se dizer, o que fez de proveitoso — não quero me referir aos episódios eleitorais que lá ocorreram — foi aquilo que executou com audácia, talvez até com um pouco de irresponsabilidade, o Presidente Juscelino Kubitschek, quando mobilizou os recursos do Vale do São Francisco e os aplicou, na sua quase totalidade, na construção de Três Marias.

Eu desejo conversar com meus companheiros do Senado, e como igualmente com os meus companheiros da Câmara, para formularmos um projeto de lei tentando-se evitar alguns princípios que permitam dar aos recursos mobilizados uma ordenação ainda mais rigorosa e prática, o que está ocorrendo neste momento: de um lado, os recursos captados pelos artigos 34 e 18, comprometidos e praticamente absorvidos na sua totalidade e de outro lado, o que é pior, o Plano-Diretor da SUDENE sem o devido apoio por parte dos órgãos fazendários federais.

O Terceiro Plano-Diretor da SUDENE foi proposto e foi votado com dotações de verbas no montante de 748 bilhões de cruzeiros para o triênio 66-67-68. No segundo ano de vigência ou seja 1967, o plano implicava num investimento total de 248 bilhões de cruzeiros. Aconteceu porém que na proposta de orçamento enviada pelo Poder Executivo à Câmara dos Deputados transformando no atual Orçamento Geral da União ao invés de 248 bilhões de cruzeiros, vieram apenas 155 bilhões de cruzeiros; e, agora, com o plano de contenção orçamentária essa cifra foi reduzida pelo Poder Executivo para apenas 126 bilhões de cruzeiros, ou seja quase a metade do montante aprovado pelo III Plano-Diretor.

Então deve ser dizer — e o faço com profunda melancolia — que o

próprio Poder Executivo, ele mesmo, é que se incumbiu de desacreditar, digamos mesmo o termo mais exato, de desmoralizar o planejamento que se propôs efetuar.

Por outro lado, vale insistir mais uma vez: precisamos modificar os critérios de aplicação dos recursos captados no País no sentido de que o social intervenha, também, ao lado do econômico. Ninguém pode compreender desenvolvimento econômico sem progresso social; sem a participação do assalariado no benefício, do desenvolvimento porque, do contrário, estamos criando empresa que são ilhas soladas da prosperidade individual dos seus empresários, mas a miséria se generalizada, a miséria dominando por toda parte. Infelizmente, é o que vemos em Pernambuco.

Continuemos entretanto, a analisar a previsão de recursos imobiliáveis.

Para substituir o B.N.B. nas operações normais de financiamento ter-se-á de recorrer ao Banco do Brasil. Mas será também indispensável para o caso de investimentos, pôr em execução o disposto na Lei nº 2.973 de 1966 já mencionada, realizando-se um convênio entre o BNDE e o BNB que deverá ser também o órgão de aplicação da soma de recursos, proporcionados pelo primeiro.

Quero portanto deixar aqui esta advertência.

Parece fora de dúvida que o objetivo final da política de industrialização seria o de assegurar-se o próprio desenvolvimento auto-sustentado do Nordeste.

Ainda estamos bem distanciados desse objetivo pois o que se obteve até agora, o grande e extraordinário alcançado pela SUDENE foi o desencadeamento de um processo que exige um período mais longo para ser consolidado em definitivo. Do contrário haverá muito investimento industrial e muito maior expansão da área de pobreza. A região não poderá manter o mesmo dinamismo deflagrado muito especialmente no setor privado, a partir de 1966 se forem suspensos ou pulverizados os recursos que o desencadearam.

E bem assim se não forem também modificados os critérios de prioridade de forma a tornar bem mais extensa a participação do assalariado no processo de implantação dos empreendimentos.

Finalmente, duas grandes distorções vale insistir verificaram na vigência dos planos diretores, a primeira representada pelo reduzido apoio prático as pequenas e médias indústrias e a segunda pelo tratado absolutamente secundário dispensado à agricultura.

São as pequenas e médias indústrias aquelas mais indicadas para absorver mão-de-obra disponível e não qualificada.

Sabe-se, também, que o processo por intermédio do qual se propaga a

prosperidade criada pelos grandes investimentos se realiza quase invariavelmente através das empresas de porte pequeno ou médio.

Os grandes empreendimentos criam procura de matéria prima suplementar, requerem determinados tipos de bens intermediários e, assim os seus resultados só serão incontestados, só exercerão seu influxo dinâmico quando completados com os investimentos complementares através da pequena e média indústria.

Parace insisto de toda oportunidade a fixação de critérios mais amplos em favor dos pequenos empreendimentos. A segunda distorção verificada diz respeito ao tratamento dispensado à agricultura, pois que a política de desenvolvimento adotada pela SUDENE tem sido a mais implacável madrastra da agricultura.

E' oportuno salientar, conforme anteriormente deixamos acentuado, que na oportunidade tanto da criação, da SUDENE como aprovação dos seus planos diretores nenhum setor considerado oficialmente prioritário, foi referido com destaque maior que o setor da agricultura.

Vem acontecendo todavia de forma invariável que aplicação no setor agrícola dos recursos destinados nos planos diretores vem se situando invariavelmente em proporções modestíssimas.

Parece mais do que evidente que jamais deixou de prevalecer de modo dominante o conceito ou a mentalidade de considerar a industrialização, como a mais autêntica expressão ou sinônimo do desenvolvimento econômico. A industrialização foi consagrada somente ela, como espécie de ingrediente mágico detentor do segredo do progresso e da riqueza.

Nem sequer tem-se levado em conta que na agricultura modestas inversões de capital podem proporcionar resultados consideráveis na produção e na riqueza. E' que, por exemplo, a simples seleção de sementes, ou emprego de fertilizantes ou o combate oportuno às pragas proporcionam aumentos consideráveis nas colheitas.

Eugênio Gudin com a sua incomparável lucidez acentuava em artigo recente:

"Em países onde o capital é o elemento escasso para o desenvolvimento, o investimento na agricultura tem a enorme vantagem de demandar pouco capital em relação ao produto (baixa relação, capital-produto, na terminologia dos economistas)".

Não se considerou que um dos motivos preponderantes do subdesenvolvimento situa-se na ausência de um mercado consumidor em contínuo processo de expansão. Só integrando a massa consumidora os numerosos contingentes da população brasileira que vivem marginalizados na pobreza ou na miséria, é que poderemos dar maior consistência ao desenvolvimen-

to. Tendo em conta a grande percentagem de população rural no Nordeste, é insofismável que sem um reerguimento do consumo no interior será impossível assegurar-se, de forma tranquila, uma produção industrial em ritmo seguro de expansão.

Finalizando cumpre não esquecer um só instante que no Nordeste, a agricultura é a atividade mesmo precária da maioria da população — 65% vivem no meio rural — sendo por isto indispensável que o critério prioritário do investimento a se fazer na região, deveria ser através de um tipo capaz de produzir um efeito amplo e direito sobre o pauperismo e a indigência daquele enorme contingente populacional.

Não obstante essa evidência o incentivo ao empresário agrícola ficou praticamente esquecido. Somente em data recente, a 2 de setembro de 1965, foi baixada a Resolução nº 1.829 regulamentando a aplicação de incentivos dos artigos 34 e 18 à agropecuária.

Em face dessa omissão constata-se que do montante de perto de 700 projetos aprovados até agora (30 de abril) e correspondentes a pouco mais de 450 indústrias e os quais importam em investimentos que praticamente atingem a 1 trilhão de cruzeiros antigos (968 cruzeiros novos), e também para os quais a contribuição proveniente dos arts. 34/18 deve atingir a NCR\$ 430 milhões; o número de projetos agrícolas situa-se apenas em 24 com investimentos previstos na reduzida cifra de NCR\$ 41 milhões.

Insistimos de início em frisar que tanto o I como o II plano diretor atenuaram de forma mais nitida, mais inequívoca e mais expressa, como diretriz preponderante da SUDENE o aproveitamento intensivo das terras úmidas próximas ao litoral num heróico e obstinado propósito de atenuar a crônica escassez de alimentos e, bem assim, o deslocamento da fronteira agrícola, visando incorporar à economia da região as terras do Maranhão para onde vem se processando há longos anos uma imigração espontânea.

A Lei nº 3.995-61 no seu artigo determinou que a inversão de pelo menos 20% dos recursos se fizessem no setor agro-pecuário.

O documento básico inicial de criação da SUDENE intitulado *Uma política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*, 1959, documento elaborado sob a supervisão e responsabilidade de um técnico de categoria do Sr. Celso Furtado, seu primeiro superintendente e organizador, insistia em dar ênfase à agricultura. Considere-se entretanto o contraste, através dos elementos numéricos que iremos produzir. No III plano diretor, o resumo da distribuição setorial de recursos aprovados pela respectiva Lei nº 4.869 ficou expressa a destinação das seguintes dotações constantes do Anexo VIII, pag. 184.

ANEXO VIII

DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DE RECURSOS

(Em Milhões de Cruzeiros)

SETORES	TOTAL		1966		1967		1968	
	RECURSOS	%	RECURSOS	%	RECURSOS	%	RECURSOS	%
1. Infra-Estrutura	373.240	50,6	77.670	53,8	122.100	49,1	173.470	49,9
2. Recursos Naturais	55.000	7,3	12.000	8,3	18.000	7,2	25.000	7,1
3. Recursos Humanos	99.405	13,2	13.790	9,5	34.805	14,2	50.810	14,7
4. Agricultura e Abastecimento	93.200	12,7	17.000	11,8	31.000	12,4	45.200	13,0
5. Indústria	37.850	5,2	4.000	2,8	13.850	5,5	20.000	5,7
6. Programas Especiais	43.000	5,8	10.000	6,9	15.000	6,2	18.000	5,1
7. Administração Geral	39.500	5,4	10.000	6,9	13.500	5,4	16.000	4,5
TOTAL GERAL	741.195	100,0	144.460	100,0	248.255	100,0	348.480	100,0

Corroborando o ponto de vista expresso no quadro acima salientava-se, ainda uma vez, na oportunidade da apresentação daquele III Plano, textualmente:

"A necessidade de aumentar os investimentos diretos em agricultura e abastecimento".

Sobre tudo porque, conforme se lê também na referida apresentação:

"A disponibilidade de novos instrumentos de ação por parte do governo federal, destinados a atuar sobre a estrutura agrária, permitem no momento que o setor agro-pecuário possa absorver, proativamente, maior soma de recursos do que por ocasião dos planos anteriores".

Antecedeu, no entanto, que o Setor — Agricultura e Abastecimento foi apenas contemplado no exercício de 1966 com a metade das dotações que o III Plano lhe destinou. Realmente na distribuição setorial referente aquele exercício — pág. 262 Relatório da SUDENE de 1966 encontra-se o seguinte quadro:

Infra-Estrutura	59.125	47,5
Recursos Naturais	8.555	6,9
Recursos Humanos	7.913	6,3
Agricultura e Abastecimento	8.115	6,5
Industrialização	3.229	
Grupos Especiais	7.285	5,8
Direção, Finance	19.764	15,8
Administração e Assessoramento	10.563	8,6
	124.729	100

Reduziu-se assim praticamente a um terço o montante dos recursos que os textos legais determinam aplicação obrigatória na atividade agro-pecuária.

Veja-se como exemplo significativo o aplainamento da SUDENE quanto à principal atividade econômica da região, aquela atividade que nos Estados de Alagoas e Pernambuco representam 60% da riqueza regional, com seja a agro-indústria canavieira.

Se se estabeleceu a industrialização como processo fundamental ao desenvolvimento regional de tal sorte que se captou e se mobilizou meios financeiros, em todo o país, para criação de novas empresas industriais não se justifica que aquela indústria tradicional ficasse por completo relegada, desde logo, ao esquecimento.

Diz-se lá que existe o I.A.A. como órgão de comando e defesa específica da agro-indústria açucareira.

Mas os poderes de supervisão, de comando e de coordenação da SUDENE, extensivos a toda atividade econômica da região, não deveriam naquele setor ficar marginalizados. Eles vêm atuando de forma intensa noutros setores mesmo existindo órgãos com atribuições tradicionalmente específicos para enfrentá-los. É o caso, por exemplo, entre outros, da perfuração de poços. Trata-se de atribuição específica, tradicional e fundamental do DNOCS.

No entanto a SUDENE criou como órgão de execução, contrariando portanto a sua orientação, a CONESP — Cia. Nordeste de Sondagens e Perfurações — Sociedade de Economia Mista.

Sr. Presidente, tomemos, pois, como exemplo a Zona da Mata de Pernambuco e Alagoas, focalizando especialmente Pernambuco. Ali se presenciar uma estrutura agrária em crise onde se encontram 200.000 trabalhadores rurais, alguns milhares de pequenos lavradores — os fornecedores de cana e algumas dezenas, quase uma centena — de industriais na sua quase totalidade angustiados e aflitos.

Na Zona da Mata de Pernambuco trabalham em torno de 170.000 operários rurais representando quase um milhão de pessoas. Como se não bastasse esse número, no período de moagem das usinas, correspondente ao período de estiagem-verão — afluem os *corumbas*, os que moram nas zonas do agreste e da caatinga, na sua maioria pequenos proprietários, que concluídas as colheitas de sua lavoura, de curto ciclo vegetativo, ficando então desocupados, procuram trabalhar como assalariados na lavoura canavieira.

Sr. Presidente, enquanto no setor agrícola daquela zona predominam baixos rendimentos, no setor indus-

trial predominam baixos índices de aproveitamento.

A super-posição desses dois fatores expressa-se na inevitável contingência, na pressão de preços sempre mais elevados, de crises permanentes entre patrões e assalariados e também industriais e lavradores.

Pode-se dizer assim que a maior crise do Nordeste, situa-se na crise da sua agro-indústria.

Por conseguinte, Sr. Presidente, em relação à agro-indústria do açúcar, a marginalização da SUDENE é incompreensível porque agrava o contraste da implantação de novas unidades industriais em torno das cidades, enquanto o problema rural foi se ampliando como um desafio e um movimento afrontoso.

Por isto mesmo, a partir dos últimos três anos, ela vem assumindo aspecto impressionante e dramaticamente generalizado.

Vários conjuntos empresariais paralizaram suas atividades, de sorte que inquietação, angústia e a pobreza disseminaram-se no meio rural, ainda com maior intensidade.

O Instituto do Açúcar com os seus 33 anos de experiência, deveria estar farto de saber o que é certo e o que é errado. Mas o Instituto que prestou assinalados serviços, por sua vez, ampliou suas deformações e distorções, tornando praticamente sua função técnica e econômica.

O Instituto que deveria ter autoridade para agir, para pôr em execução as medidas consideradas necessárias constantes dos estudos, que mandou proceder, o Instituto não os executou. E por isto a crise foi-se agravando cada dia. Surgiram, então, até os entendimentos ministeriais. Mas a crise aguda, dramática, estendendo sua superfície de empobrecimento no meio rural ainda continua.

Sr. Presidente. Atendo a advertência de V. Ex.^a quanto ao tempo. De certo, tarde, ainda, muito que salientar. Devo voltar portanto ao assunto brevemente. Quero apenas dizer, ao concluir, que li o discurso do Ministro Hélio Beltrão, quando assumiu a Pasta do Planejamento, e no qual S. Ex.^a disse o seguinte:

"Não me parece que no momento o problema seja mais de planos; o problema é de melhor execução dos planos".

Esta é a ideia básica, que nos deve orientar invariavelmente, nessa oportunidade.

É indispensável, nesta hora, Senhor Presidente, conduzir este País, conduzir esta Nação a encarar, com integral objetividade executiva, os seus problemas. Dentro das minhas limitações, este foi o objetivo principal que me inspirou a ocupar a tri-

buna e a abusar da paciência dos nobres Senadores (Não apoiado).

Quero, por fim, salientar que o Governo Castello Branco, preparou uma série de reformas neste País. Grandes reformas, sem dúvida, muitas das quais, talvez pudessem esperar um pouco mais de maturidade. Mas quero trazer aqui o meu apreço ao sentido reformista e construtivo que o Governo do Mal. Castello Branco imprimiu à sua administração.

Ele não se preocupou, entretanto, em que a opinião pública adquirisse consciência da missão criadora das reformas empreendidas. Eis porque muitas delas estão com a existência periclitante, muitas delas chegam deformadas ou diluídas, por causa desse detalhe fundamental que não foi levado em conta.

Cabe-me finalmente referir que conheço, há muito tempo, o atual Ministro do Interior, o General Afonso de Albuquerque Lima. Fomos companheiros em 1931, depois da Revolução de 1930; eu na Secretaria de Agricultura de Pernambuco e S. Ex.^a, alguns dias depois, no comando da Brigada Militar daquele Estado.

Conheço o seu alto patriotismo, o seu elevado espírito público, sua nobre preocupação em exercer o cargo no qual foi investido, com a maior eficiência e probidade. Também conheço o Gal. Euler Bentes, Superintendente da Sudene, espírito esclarecido e altamente preocupado com o bem público.

Em geral, o que se tem verificado no Brasil é que os militares, nas situações difíceis e caóticas, intervêm para restabelecer a normalidade do poder civil e para afastar o caos e o desconhecimento, voltando em seguida às suas atividades profissionais.

Desta vez, depois de março de 1964 os nobres militares estão tendo uma ingerência mais direta e mais ativa nos vários setores da administração pública brasileira.

Não tenho dúvida de que eles estão preparados para exercer essas funções, tão bem como nos outros civis, talvez alguns até em condições superiores. Mas eles terão de certo sempre presente as responsabilidades que assumiram para com a Região. Por isto mesmo não podem fracassar porque lhes incumbe bem de perto a elevada missão de conduzir a população do Nordeste a ocupar, no seio da Federação brasileira, no seio desta Nação, o lugar que ela merece e a que ela tem direito, a proceder em fim a verdadeira integração nacional da região nordestina.

Era o que queria dizer, Sr. Presidente. (Muito bem. Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado).

Carta do arquiteto Oscar Niemeyer, divulgada na imprensa de 16-6-67, na qual aquele profissional apresenta sua opinião a propósito do projeto do Aeroporto de Brasília, que se publica nos termos do Requerimento nº 599, de autoria do Sr. Mário Martins, aprovado na Sessão de 20 de junho de 1967.

NIEMEYER EXPLICA PROJETO REJEITADO PROTESTO

"Eis, na íntegra, a carta:

"Pela segunda vez, e espero pela última, volto ao assunto da estação de aeroporto de Brasília. Agora com mais vagar, consciente das dificuldades estabelecidas, mas decidido a combatê-las e a defender meu projeto. E o farei tranquilamente, pois não se trata de interesse pessoal. Defendo, isto sim, esta bela cidade

que Lúcio Costa projetou e Juscelino Kubitschek construiu em pleno deserto, pela qual eu e milhares de brasileiros nos sacrificamos durante longos anos de trabalho, decepções e entusiasmos. Defendo minha posição no Conselho de Arquitetura e Urbanismo da PDF, por lei incumbido de elaborar o projeto, defendendo principalmente o clima de liberdade que a incompreensão e o arbítrio persistem em perturbar.

É evidente que o aeroporto de Brasília marcará a entrada principal da cidade, dando aos visitantes a primeira impressão — a que fica — desta Capital. Harmonizar-se com a sua arquitetura, ser, como ela, livre e inventivo, é portanto condição básica nesse projeto.

Nada disso, senhor Redator, preocupou os homens da Aeronáutica envolvidos no problema. Preocuparam-lhes apenas questões políticas, complexas de autoridade, ou outros motivos que desconheço. Desprezam tanto a nova Capital que dizem aos jornais, candidamente, não lhes interessar no projeto outra coisa a não ser o funcionalismo. Mas no funcionalismo, o que é mais grave, reside precisamente toda sua fraqueza.

Não pretendo criticar o projeto elaborado pelos meus colegas arquitetos da Aeronáutica. Um deles, inclusive, redigiu parecer sobre meu trabalho, declarando ser a melhor estação de aeroporto que passou pela Diretoria de Engenharia da Aeronáutica. Parecer naturalmente engavetado. Mas posso criticar os princípios que lhes foram impostos por aquela Diretoria, desatualizando definitivamente o projeto que elaboraram.

Depois da posse do atual diretor da DEA, brigadeiro Castro Neves, de um dia para outro meu projeto foi afastado da cogitação. Nunca mais me convocaram para debetê-lo, apesar das alterações sucessivas que nele edotei anteriormente a pedido do Estado-Maior da Aeronáutica. Aos jornais, apenas aos jornais, se dirigiu o referido oficial, dizendo não aceitar meu trabalho, por não ser extensivo. Realmente meu projeto não é extensivo, por se tratar de conceito superado. Dai a solução que adotei: estações autônomas, multiplicáveis (previ 3 unidades no meu primeiro estudo).

Vejam os que dizem os técnicos da França sobre o assunto — depois da experiência de Orly — ao projetarem o novo aeroporto Paris-Nord:

"On peut fractionner le trafic entre plusieurs petites aéro-gares, chacune restant à l'échelle humaine".

"Pode-se dividir o tráfego entre várias e pequenas estações de aeroporto, mantendo-se cada uma na escala humana".

Com isso pretendem aqueles técnicos impedir os grandes corredores, as distâncias imensas que as soluções extensivas provocam. Em vez de uma grande estação, farão em Paris-Nord cinco pequenas estações (trata-se do maior aeroporto em construção na França, para aviões supersônicos). O projeto da DEA é extensivo, logo, desatualizado.

Recusa, a DEA, como inconveniente, a forma circular que preferi e apresenta uma solução linear, com as entradas de um lado e as ligações com as pistas do outro. Ouçamos os técnicos de Paris-Nord:

"On peut, au lieu d'avoir traditionnellement dans l'aérogare

une façade côté ville et une façade côté piste, entourer complètement d'avions le bâtiment ce qui permet d'en placer un plus grand nombre à une distance inférieure..."

"Pode-se, em vez de dar à estação, solução tradicional, com uma fachada virada para a cidade e outra para a pista, rodear o edifício completamente com os aviões, o que permite estacioná-los em maior número e menor distância..."

Com esse objetivo, adotaram estações circulares, com aviões em toda sua volta, como as previu.

Recusa ainda, a DEA, as passagens subterrâneas, as esteiras rolantes, etc., que projeti. Voltamos, mais uma vez, aos que na França estudam o maior aeroporto daquele país:

"L'avion... se place par ses propres moyens entre des petits bâtiments d'embarquement et débarquement qui sont reliés à l'aérogare par des tunnels. Passagers et avions circulent et se croisent par conséquent à des niveaux différents".

"O avião... chega por seus próprios meios a pequenos abrigos de embarque e desembarque, ligados à estação por túneis. Passageiros e aviões circulam e se cruzam, conseqüentemente em níveis próprios, diferentes".

E sobre o sistema de esteiras rolantes, também se manifestam:

"Enfin on a prévu de mécaniser le transport des passagers entre l'aérogare et les docks..."

"Previu-se, finalmente, mecanizar o transporte dos passageiros entre as estações e os aviões..."

Eis a opinião dos técnicos da França que, em equipe, acabam de organizar o projeto de estação de aeroporto mais importante daquele país, nele adotando os mesmos princípios que anteriormente fixei no meu projeto (1965), princípios que a DEA recusou com uma convicção que somente o desconhecimento total do assunto poderia permitir.

Quanto ao aspecto plástico do projeto organizado pela DEA, basta-me citar trecho do relatório em que Lúcio Costa, como membro do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, o condena e define:

"O projeto ora apresentado de modo indevido — já que havia projeto elaborado por quem de direito — é, apesar do seu tratamento "moderno", do tipo provinciano corrente e, por suas deficiências e completo alheamento ao que seja o espaço arquitetônico, não é digno de Brasília (basta considerar a penosa im-

pressão de vulgaridade que se teria logo na entrada)".

Eis, Senhor Redator, o que tinha a dizer sobre o assunto, surpreso diante das medidas que a DEA, sem argumento dentro do campo técnico, adota para fechar a questão. Entre elas, a realização de uma concorrência pública (para preço global) que foge inteiramente às normas estabelecidas (Decreto nº 185 — D.O. de 24.2.67), não apresentando — é inacreditável — as plantas de estrutura de concreto, água, luz, força, etc., indispensáveis ao cálculo correto de preços, prazos, etc.

Quanto à nota enviada pelo Ministério da Aeronáutica à Prefeitura do Distrito Federal, comunicando que o projeto elaborado pela DEA destina-se ao aeroporto militar de Brasília, embora devendo servir provisoriamente ao tráfego comercial, cabe lembrar apenas: um aeroporto militar solicita programa menor e muito diferente daquele exigido para uma estação de aeroporto civil, principalmente se esta atende ao tráfego internacional, e conseqüentemente seu custo deve ser muito mais baixo. Não se justifica, portanto, uma despesa inútil de alguns bilhões de cruzeiros, orçamento provável do projeto elaborado pela DEA, pois o aeroporto mi-

litar utilizará, e de forma inadequada, somente uma pequena parte das instalações projetadas. Com relação à duplicidade de função sugerida, cuja origem tardia nem a lógica nem a razão poderão explicar, devo dizer o seguinte: a estação de aeroporto de Brasília, seja civil ou militar, deve, por suas características arquitetônicas, ser projetada pelo CAU, órgão incumbido por lei da elaboração de todas as obras dessa natureza.

De tudo isso o povo, as pessoas interessadas nos problemas brasileiros vão-se inteirando, perplexos com essa série de manobras que a DEA organiza com o objetivo evidente de recusar meu projeto. Desatualizada diante dos aspectos técnicos, subordinando problemas nacionais a divergências pessoais e políticas, a DEA desrespeita a PDF e o próprio Congresso que instituiu o CAU e cujas funções estabeleceu.

Aos senhores deputados e senadores, à Comissão do Distrito Federal, aos engenheiros, arquitetos e estudantes, às pessoas de sensibilidade, dirijo-me mais uma vez, denunciando publicamente a ameaça que paira sobre a nova Capital: uma estação de aeroporto desatualizada que não corresponde nem ao nível, nem ao espírito de sua arquitetura".

MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)
 2º Vice-Presidente — Gilberto Marinho — (ARENA — GB)
 3º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)
 4º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)

3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)
 1º Suplente — Atílio Fontana — (ARENA — SC)
 2º Suplente — Guido Mondin — (ARENA — RS)
 3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
 4º Suplente — Raul Glubert — (ARENA — ES)

Liderança**DO GOVERNO**

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)
 Vice-Líderes:
 Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller — (MT)

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)
 Antônio Carlos — (SC)
 Rui Palmeira — (PB)
 Manoel Vilaca — (RN)
 Vasconcelos Tôrres — (RJ)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Bezerra Neto — (MT)
 Adalberto Senna — (ACRE)
 Lino de Matos — (SP)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
 Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA**TITULARES**

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleophas
 Teotônio Vilela
 Júlio Leite

SUPLENTE

Atílio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedicto Valladares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermírio
 Mário Martins
 Secretário: J. Ney Passos Dantas.
 Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos
 Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA**TITULARES**

Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrólio Portela
 Carlos Lindenberg
 Rui Palmeira

SUPLENTE

Vasconcelos Tôrres
 Daniel Krieger
 Benedicto Valladares
 Alvaro Maia
 Lobão da Silveira
 José Feliciano
 Menezes Pimentel
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho

Araújo Steinbruch
 Aurélio Vianna
 Mário Martins

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.
 Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão
 Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA**TITULARES**

José Feliciano
 Lobão da Silveira
 Petrólio Portela
 Eurico Rezende
 Atílio Fontana

SUPLENTE

Benedicto Valladares
 Adolpho Franco
 Arnão de Melo
 José Leite
 Mello Braga

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Secretário: Alexandre Mello.
 Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

Adalberto Senna
 Lino de Mattos

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA**TITULARES**

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Julio Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel

SUPLENTE

José Leite
 João Cleotas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres

MDB

Mário Martins
 Pedro Ludovico
 Lino de Mattos

José Ermírio
 Josaphat Marinho
 João Abrahão

Secretário: Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15.30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA**TITULARES**

Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedicto Valladares
 Antonio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petrólio Portela

MDB

Adalberto Senna
 Lino de Mattos

Antônio Balbino
 Josaphat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa
 Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA**TITULARES**

João Cleotas
 Mem de Sá
 José Leite
 Leandro Maciel
 Manoel Vilaca
 Clodomir Millet
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco
 Paulo Sarasate
 Carvalho Pinto
 Fernando Corrêa

SUPLENTE

Antônio Carlos
 José Guimard
 Daniel Krieger
 Petrólio Portela
 Atílio Fontana
 Julio Leite
 Mello Braga
 Carlos Lindenberg
 Celso Ramos
 Teotônio Vilela
 Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo
 Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Arthur Virgílio

Josaphat Marinho
 José Ermírio
 Lino de Mattos
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.
 Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA**TITULARES**

Ney Braga
 Atílio Fontana
 Adolpho Franco
 Domicio Gondim
 João Cleophas

SUPLENTE

Júlio Leite
 José Cândido
 Rui Palmeira
 Arnão de Melo
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
 José Ermírio

Pessoa de Queiroz
 Pedro Ludovico

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.
 Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: Jose Cândido

A R E N A**TITULARES**

Petronio Portela
Domicio Gondim
Alvaro Maia
Jose Candido
Mello Braga
Julio Leite

SUPLENTE

Jose Guimaraes
Jose Leite
Lobao da Silveira
Manoel Villaca
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Aarao Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgilio

Bezerra Netto
Mário Martins
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A**TITULARES**

Domicio Gondim
Jose Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

Jose Feliciano
Mello Braga
Jose Guimaraes
Vasconcellos Torres
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
Jose Ermirio

Aarao Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Claudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLIGONO DAS SECAS

(4 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A**TITULARES**

Rui Palmeira
Manoel Villaca
Clodomir Millet
Julio Leite
Duarte Filho

SUPLENTE

Menezes Pimentel
Jose Leite
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Petronio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurelio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feiras às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A**TITULARES**

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende

SUPLENTE

Jose Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petronio Portela
Clodomir Millet

M D B

Jose Ermirio
Lino de Mattos
Josaphat Marinho

Antônio Balbino
Aurelio Vianna
Aarao Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jose Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

A R E N A**TITULARES**

Teotônio Vilela
Antonio Carlos
Jose Feliciano
Lobao da Silveira

SUPLENTE

Felinto Munier
Mem de Sá
Jose Leite
Jose Guimaraes
Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A**TITULARES**

Benedicto Valladares
Felinto Munier
Aloysio de Carvalho
Antonio Carlos
Jose Candido
Arnon de Melo
Mem de Sá
Rui Palmeira

SUPLENTE

Alvaro Maia
Fernando Corrêa
Celso Ramos
Wilson Gonçalves
Jose Guimaraes
Jose Leite
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz
Aarao Steinbruch
Mário Martins

Pedro Ludovico
Aurelio Vianna
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaca

A R E N A**TITULARES**

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaca

SUPLENTE

Julio Leite
Clodomir Millet
Ney Braga
Jose Candido

M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A**TITULARES**

Paulo Torres
Jose Guimaraes
Sigefredo Pacheco
Ney Braga
Jose Candido

SUPLENTE

Atílio Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaca
Mello Braga
Julio Leite

M D B

Oscar Passos
Mário Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretaria: Carmelita de Souza
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**COMPOSIÇÃO**
(7 membros)Presidente: Vasconcelos Torres
Vice-Presidente: Arnon de Mello**A R E N A****TITULARES**Vasconcellos Torres
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Paulo Torres
José Guimard**SUPLENTE**José Feliciano
Antonio Carlos
Manoel Villaga
Menezes Pimentel
Celso Ramos**M D B**Arthur Virgílio
Adalberto Sena
Secretário: J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Terças-feiras, às 15:00 horas.Lino de Mattos
Aarão Steinbruch**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS****COMPOSIÇÃO**
(8 membros)Presidente: José Leite
Vice-Presidente: Lino de Mattos**A R E N A****TITULARES**José Leite
Celso Ramos
Arnon de Mello
Atílio Fontana**SUPLENTE**José Guimard
Petronio Portela
Domicio Gondin
Carlos Lindenberg**M D B**Lino de Mattos
Secretária: Carmelita de Souza
Reuniões: Quintas-feiras, às 16:00 horas.

Arthur Virgílio

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**COMPOSIÇÃO**
(5 membros)Presidente: José Guimard
Vice-Presidente: Clodomir Muet**A R E N A****TITULARES**José Guimard
Fernando Corrêa
Clodomir Muet
Alvaro Maia**SUPLENTE**Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Müller
Sigetredo Pacheco**M D B**Adalberto Sena
Secretário: Alexandre Mello
Reuniões: Terças-feiras, às 15:00 horas.

Oscar Passos

PREÇO DESTÉ NUMERO, NCr\$ 0,01